

Acção **Socialista**

Nº 1251 - 21 Setembro 2005

Director: Jorge Seguro Sanches Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



A AGENDA DA MUDANÇA



**MAIS POLÍTICAS SOCIAIS
NOVO URBANISMO
MAIOR CRESCIMENTO ECONÓMICO**

SUPLEMENTO EUROPA DE SETEMBRO



COMPROMISSO, CONVICÇÃO E RESPEITO PELA DIGNIDADE HUMANA

Passaram sete anos sobre o referendo para a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez. Sete anos que adensaram a nossa convicção de que a moldura penal portuguesa tem que mudar nessa matéria. Ao contrário do que há sete anos parecia, voltou a haver investigação criminal e julgamento de mulheres suspeitas da prática de aborto, expondo-as e humilhando-as em praça pública. Sete anos que deram maior visibilidade ao problema social que constitui o aborto clandestino. Sete anos em que se permitiu que o respeito pela dignidade humana fosse violado.

O PS assumiu, no seu programa eleitoral e reiterou no seu programa de Governo, o compromisso firme de voltar a apresentar a proposta de referendo sobre IVG. Compromisso cumprido em Abril último. O Presidente da República solicitou que se agilizassem as normas referentes à realização de referendos em Portugal. O PS, convicto de que a sua luta é justa, tomou a iniciativa de alterar as regras da lei do referendo.

Estamos hoje, de novo, em condições de prosseguir este processo. Prometemos em Abril, estamos hoje a cumprir! Ao voltarmos a apresentar o projecto de resolução fazemo-lo em nome do compromisso eleitoral que temos com todos que em nós confiaram, mas fazemo-lo porque estamos convictos da justeza da nossa luta: Alterar esta norma penal.

Há mais de vinte anos que os ordenamentos jurídicos penais dos nossos congéneres europeus foram alterados. A convicção de que



si, não nos dá o direito a tudo, antes uma enorme responsabilidade – respeito pelos compromissos eleitorais.

É importante não nos enganarmos, nem deixar uma nuvem de pó sobre o que está em causa. E o que está em causa, mais do que uma guerra político-parlamentar é alterar o artº 142º do Código Penal que permite a prisão, até três anos, de quem recorre ao aborto. O desafio é o de, ao fim de todos estes anos, respeitarmos os Direitos Humanos nesta matéria.

Estou certa que os portugueses saberão dar a resposta adequada no referendo. Sei que as portuguesas e os portugueses sabem o que está em causa.

esta questão é do domínio dos Direitos do Homem, da dignidade da pessoa humana, é o que verdadeiramente nos move.

Temos assistido, no quadro parlamentar, ao recurso a todas as desculpas e a todas os expedientes para que o referendo não se realize. A todos os que dizem que o referendo é extemporâneo apenas podemos pedir verdade e coragem política para assumir, que, neste domínio, se vive em hipocrisia. Aos argumentos sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade do início da sessão legislativa compete ao Tribunal Constitucional pronunciar-se. A marcação do referendo é da competência do Presidente da República. Aos deputados exige-se responsabilidade no exercício do seu mandato.

Aos que pedem ao PS que exerçam os direitos de uma maioria absoluta, respondemos que essa maioria absoluta, só por



ANA CATARINA MENDES

Deputada do Partido Socialista

PREPARAR O FUTURO DE IGUAL PARA IGUAL.

Autárquicas 2005

CALENDÁRIO DA CAMPANHA*

SETEMBRO

9 Campo Maior
16 Ourém
18 Lisboa
22 Entroncamento
23 Portalegre
24 Silves
24 Sta. Maria da Feira
25 Alfandega da Fé
27 Oliveira do Hospital
29 Tomar
30 Penafiel

OUTUBRO

3 Fundão
3 Guarda
4 Portimão
7 Cadaval

* iniciativas confirmadas

Mulheres 
Socialistas

DEBATE MENSAL

SÓCRATES AVANÇA COM "RUPTURA MOBILIZADORA" PARA A QUALIFICAÇÃO

Para combater o insucesso escolar e enfrentar o problema do défice de formação profissional, o Governo do PS vai arrancar com o "Programa Novas Oportunidades". Trata-se de uma estratégia de médio prazo que passa pela qualificação dos adultos "como um pilar da recuperação educativa" e transforma o ensino secundário no "referencial mínimo para a qualificação" dos portugueses.

O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro, José Sócrates, durante o debate mensal da Assembleia da República, ocasião que aproveitou para reafirmar categoricamente o rumo escolhido pelo Executivo socialista visando a modernização de Portugal.

"Rigor orçamental, crescimento económico e conhecimento são as palavras-chave da nossa agenda de mudança para o país", declarou convicto, defendendo a necessidade de enfrentar estes três desígnios simultaneamente.

Ao apontar as insuficiências na educação e na formação dos recursos humanos como problema crítico para a competitividade do nosso país no quadro das exigências da nova economia global, Sócrates considerou "imperativo" proceder a uma "ruptura mobilizadora para vencer a batalha da qualificação".

"É necessário fazer diferente, fazer mais e mais rápido", advogou, centrando a sua intervenção na descrição das duas

linhas orientadoras do Programa Novas Oportunidades.

Apostar na qualificação dos adultos como pilar da recuperação educativa nacional e fazer do ensino secundário o referencial mínimo para a qualificação dos portugueses são pois as prioridades propostas pelo Executivo do PS neste âmbito, visando combater também a exclusão e o desemprego.

Antes de apresentar as medidas que darão corpo ao programa (*ver caixa*), o primeiro-ministro frisou a importância de compreender "a verdadeira gravidade do problema", referindo três indicadores que evidenciam a dimensão do desafio que os portugueses devem enfrentar nesta matéria.

"Só 20 por cento da nossa população adulta, entre os 25 e os 64 anos, completou o ensino secundário", assinalou, frisando que este é "um número impressionante e sem paralelo nos países da OCDE, onde a média ronda os 70 por cento".

O segundo indicador apresentado por



Sócrates prende-se com o número médio de anos de escolarização da população adulta, que, no caso português, é pouco mais de 8, ficando

aquém, inclusivamente, de alguns países do Terceiro Mundo.

Mas, também a nossa juventude é visada com o défice de formação: "45 por cento

dos nossos jovens, entre os 18 e os 24 anos, abandonaram os estudos sem concluir o ensino secundário", entrando no mercado de trabalho com um nível de competência insuficiente.

E, porque "os números não enganam", torna-se urgente, defendeu José Sócrates, avançar já na "batalha pela qualificação" com "um projecto ousado e ambicioso, que pretende mudar radicalmente a face do nosso sistema de educação e formação".

"Tenho bem consciência das dificuldades deste caminho, mas poucas vezes é possível ter uma convicção tão forte de que este é o caminho certo que temos que percorrer", frisou, acrescentando que o Programa Novas Oportunidades é constituído por "propostas simples e práticas", mas também vincula o Governo a "um compromisso muito firme e sólido quanto à sua execução".

"Um compromisso, desde logo, a nível financeiro, porque investir no capital humano é, seguramente, o melhor investimento público que poderemos fazer. Mas um compromisso também que está em linha com todas as reformas que estamos a fazer ao nível da educação e a aposta no conhecimento que é, afinal de contas, a pedra de toque do nosso plano tecnológico", explicou. Assegurando que o Executivo que lidera sabe bem qual é a sua tarefa na resolução da crise orçamental, no relançamento do crescimento económico e na preparação do futuro de Portugal, Sócrates apelou a uma mobilização da sociedade para "vencer o ceticismo e implementar no terreno, caso a caso, a melhor solução".

M.R.

MARY RODRIGUES

PROGRAMA NOVAS OPORTUNIDADES

- Qualificar 1 milhão de adultos nos próximos 5 anos;
- Triplicar a oferta de cursos técnicos e profissionais para educação e formação de adultos;
- Criar 400 novos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências até 2010;
- Reformar o actual processo de Acreditação de Entidades Formadoras, sujeitando-as a um rigoroso sistema de avaliação e certificação de qualidade, ficando o apoio público a conceder dependente dos resultados dessa avaliação;
- Alargar até ao nível do 12º ano o processo de reconhecimento de competências adquiridas ao longo da vida;
- Alargar substancialmente a oferta de cursos técnicos e profissionais ao nível do 12º ano;
- Aumentar para 27.500 as vagas de natureza profissionalizante ao nível do 9º ano, até 2010;
- Rever o sistema de atribuição de bolsas nas vias técnicas e profissionais, de modo a favorecer a participação dos jovens mais carenciados, em particular das regiões onde o insucesso e o abandono escolar são mais expressivos.

PS VAI EM FRENTE COM O REFERENDO AO ABORTO

O presidente da Assembleia da República aceitou o projecto de resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista para a realização de um novo referendo sobre o aborto.

Ao validar o documento que propõe a realização de um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, Jaime Gama deu razão aos socialistas que sempre defenderam que a reapresentação da sua proposta tinha todo o cabimento constitucional.

A nova iniciativa socialista, idêntica à que Jorge Sampaio chumbou em Maio passado, volta à agenda política porque o presidente da Assembleia da República interpretou a Constituição de acordo com a maioria dos constitucionalistas, no sentido de que os trabalhos parlamentares até Julho visavam concluir a sessão legislativa da anterior legislatura, pelo que é de toda a admissibilidade a apresentação de um novo projecto de resolução sobre o aborto, agora em Setembro, altura em que verdadeiramente



PERGUNTA PROPOSTA PELO PS

"Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada por opção da mulher, nas primeiras dez semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?"

começa a primeira sessão da X legislatura. Recorde-se que a Constituição da República Portuguesa estabelece que as iniciativas legislativas chumbadas, não podem, em nenhum caso, ser reapresentadas na mesma sessão legislativas. Daqui a polémica que se estabeleceu sobre a admissão do projecto de resolução do PS para convocar o referendo sobre o aborto.

Para Jaime Gama, a resposta a esta controvérsia está na Lei Fundamental, algo, recordou, "que não é de agora mas que já lá está desde que a Constituição foi aprovada".

Para o Partido Socialista, que acabou por ver concretizada a sua intenção de apresentar, ainda este ano, uma nova proposta para a realização de um referendo sobre a despenalização do aborto, como referiu Alberto Martins, líder parlamentar socialista, "ficam criadas as condições para que o PR possa decidir sobre a eventual convocação do referendo e a sua data".

SÓCRATES APRESENTA AGENDA DE EM DEFESA DO INTERESSE NACIONAL

Greves ou manifestações não farão o Governo mudar a estratégia que traçou para a modernização do país e defesa do interesse nacional, afirmou no dia 10 José Sócrates, no Fórum Novas Fronteiras, onde prometeu um Orçamento de Estado (OE) para 2006 de verdade, rigor, de mudança nas prioridades de investimento e de combate à evasão e fraude fiscais.

“Não devemos mudar de estratégia apenas porque o caminho é difícil. Não há caminhos fáceis para o sítio onde queremos chegar”, salientou o primeiro-ministro e líder do PS, no Centro Cultural de Belém, destinado a fazer uma avaliação dos primeiros seis meses de Governo e perspectivar o futuro, no quadro de uma agenda de mudança.

Perante uma plateia de várias centenas de socialistas e independentes presentes no Fórum Novas Fronteiras, José Sócrates identificou a crise orçamental, “agravada nos últimos anos”, a estagnação da economia, “que mina a confiança dos cidadãos e agentes económicos”, e o défice de qualificação dos portugueses, que “prejudica a competitividade da nossa economia”, como os “três problemas essenciais” de ordem estrutural com que o país se debate e que o Governo do PS se propõe “atacar ao mesmo tempo”, embora numa conjuntura internacional “bem difícil”.

No seu discurso, o secretário-geral do PS depois de passar em revista as principais decisões tomadas nos primeiros seis meses de Governo, nomeadamente visando a redução da despesa pública e a retoma da economia, congratulou-se com o crescimento da economia de 0,5 por cento registado último trimestre, que considerou “um sinal animador”.

E, a propósito, não deixou de criticar a reacção da oposição, que “quando estava no Governo anunciou a retoma e hoje anunciou a recessão e voltou a enganar-se”, para concluir que “a oposição vai de mal a pior”.

É que, sustentou, “todos os políticos, quer estejam no Governo ou na oposição, têm a obrigação de criar um bom clima de confiança e não estimular o pessimismo”.

Quanto às contas do Estado para 2006, Sócrates prometeu um OE de “verdade” sem recurso a “truques ou receitas extraordinárias”, de “rigor e contenção”, através fundamentalmente da “redução da despesa do Estado”, e de “mudança nas prioridades de investimento”, apontando

como exemplos a introdução do inglês no ensino básico, o combate à pobreza nos idosos, e um maior investimento em ciência e tecnologia. Por outro lado, adiantou, será um OE também de estímulo à poupança, “repondo os benefícios fiscais suprimidos pelo anterior Governo” e de “combate à fraude e evasão fiscais”, nomeadamente através da “introdução da factura realmente obrigatória”.

Para além de Sócrates, intervieram nesta reunião, subordinada ao tema “Seis meses de Governo. Preparar o futuro com confiança”, António Vitorino, Vital Moreira e Mário Soares (ver caixas), Eduardo Prado Coelho, Valadares Tavares, Susana Ramos e a ministra Maria de Lurdes Rodrigues, o ensaísta Eduardo Prado Coelho sublinhou que “a cultura é hoje uma dimensão dominante em que está em jogo o que o sujeito faz de si mesmo e a partir de si mesmo, sem que se definam intermediários conscientes e explícitos que tutelem o sujeito”.

Numa abordagem sobre a cultura e o futuro, pôs o enfoque nas novas dimensões e tendências culturais, como os DVD's, as novas tecnologias, a valorização da banda desenhada, o domínio da cultura do corpo, práticas que disse serem dominantes entre os jovens.

Valadares Tavares, do Instituto Nacional de Administração, outro dos oradores do Fórum, defendeu as reformas em curso, sublinhando que “o nosso Estado é ainda um Estado-obstáculo”, uma “doença antiga” que, disse, o Governo tem estado a atacar com a reforma da Administração Pública.

E acrescentou que “a multiplicidade de regimes na Administração Pública criou uma cultura em que cada grupo profissional tem a aspiração de ter um regime especial”.

Defendendo o papel do Estado como dinamizador da economia, classificou de “ridícula” a opinião daqueles que põem em causa esta função e considerou “extremamente interessante” o pacote de investimentos



SOARES CONTINUA FIXE

Mas Mário Soares foi a “surpresa” desta sessão das Novas Fronteiras. No breve discurso que proferiu no encerramento, o candidato presidencial apoiado pelo PS pronunciou-se sobre o papel do chefe de Estado, frisando que este deve colaborar com o Governo, não lhe competindo governar.

“O Presidente da República deve afirmar os grandes designios nacionais e acompanhar a política do Governo, em colaboração com o primeiro-ministro”, sustentou.

Perante as centenas de socialistas e independentes presentes no na sessão das Novas Fronteiras, a quem pediu “ajuda” na sua corrida a Belém, Soares acrescentou que “o Presidente da República está no vértice do Estado, mas não governa”. E sublinhou que “não se deve esquecer esse imperativo constitucional”.

Na sua intervenção, frequentemente interrompida pelos aplausos da plateia, Mário Soares fez questão de justificar a sua presença no Fórum, referindo que, por ser candidato a Belém, não deixa de ser socialista. “Sou o militante nº 1 do PS e da JS, cujo cartão me foi entregue em Julho último. Mas esta não é uma candidatura



partidária, não é uma candidatura do PS, é uma candidatura nacional”, defendeu. Apontando os seus mandatos em Belém, entre 1986 e 1996, como a prova de que é “isento”, recordou que “Cavaco Silva, quando era líder do PSD, recomendou aos militantes do PSD que votassem em mim, sem que eu lhes tivesse pedido nada”. E reiterou que não concebe o exercício das funções presidenciais “senão de uma forma totalmente independente”, já que “o Presidente da República é um moderador

e um árbitro”.

Desvalorizando recentes sondagens, considerou-as úteis e encorajadoras, afirmando estar “habitado a partir com muito menores expectativas”, tal como aconteceu quando foi eleito presidente, pela primeira vez, em que partiu com oito por cento das intenções de votos. No final da sua intervenção, garantiu, em particular aos mais jovens, que “Soares continua fixe”.

MUDANÇA AL



prioritários lançado pelo Governo. Já a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, afirmou ser necessário dar um "enfoque na consolidação do ensino básico", já que é neste grau de ensino que "começam os problemas". E adiantou que "15 por cento das crianças com sete anos chumbam no 2º ano de escolaridade".

Para inverter esta situação, Maria de Lurdes Rodrigues considerou prioritário "qualificar o 1º ciclo, que foi deixado ao abandono".

Já no que respeita ao ensino secundário, onde se regista uma elevada taxa de insucesso escolar (35 por cento dos jovens não concluem este grau de ensino), a ministra defendeu ser necessário avançar com uma política visando "diversificar as ofertas do secundário" que está orientado quase exclusivamente para a entrada no ensino superior.

Numa intervenção centrada nas questões sociais, Susana Ramos defendeu que deve ser dada prioridade à coesão social, identificando as assimetrias sociais e promovendo políticas pró-activas de combate à pobreza e exclusão, que passam, nomeadamente, pelo emprego e formação profissional, por uma rede eficaz de infantários e creches, pela ressocialização dos ex-reclusos e pelo aperfeiçoamento do rendimento mínimo.

J. C. CASTELO BRANCO

TODAS AS MEDIDAS ESTAVAM PREVISTAS NO PROGRAMA

O coordenador das Novas Fronteiras, António Vitorino, salientou que nestes seis meses de actuação do Governo PS "não há medidas-surpresa", já que, explicou, "a generalidade das medidas estavam todas previstas" no programa eleitoral. Um facto que, sustentou, "reforça a nossa legitimidade".

Por outro lado, o ex-comissário europeu salientou que o Executivo socialista "não abriu frentes de luta ao mesmo tempo por gostar de lutar", mas porque tal postura "nos é imposta pelas dificuldades que o país atravessa" em nome do interesse geral dos portugueses.

Na sua intervenção, António Vitorino alertou ainda que o Governo tem de combater a "impaciência", explicando que as reformas que está a levar a cabo são "fundamentais para garantir a sustentabilidade do nosso futuro e do Estado Social que queremos preservar". E, a propósito, disse que o discurso do actual líder do PSD, Marques Mendes, "corresponde a um tique da direita, segundo o qual o lugar natural da direita



é estar no Governo e que os socialistas são uns usurpadores". Um discurso em que "parece que o Governo está em funções há três anos, quando afinal está há apenas seis meses", disse. Vitorino criticou ainda as "coligações negativas de vários partidos da oposição de sinal contrário", que "convergem na

defesa de toda e qualquer contestação de grupos corporativos com o objectivo de a curto prazo desgastar o poder do momento". O ex-comissário europeu defendeu ainda a importância da eleição de Mário Soares nas presidenciais de 2006, para garantir a estabilidade necessária para aplicar o programa de Governo.

J. C. C. B.

DESFEUDALIZAR O ESTADO

O constitucionalista Vital Moreira, que centrou a sua intervenção nas Novas Fronteiras na reforma do Estado e do sistema político, aplaudiu as medidas já tomadas pelo Governo de "desfeudalização" do Estado, ou seja, explicou, "o resgate para a maioria democrática dos vastos sectores que estavam capturados por corporações e ordens".

Vital Moreira foi particularmente crítico em relação à contestação às medidas do Governo na área da Justiça. E considerou que este sector - "um dos sectores mais resistentes à mudança" - tem estado "à margem do Estado", mas não pode estar "imune à autoridade democrática do Estado".

Na sua intervenção, Vital Moreira congratulou-se também com a limitação dos mandatos de detentores de cargos políticos, apoiou a intenção da bancada parlamentar do PS de introduzir os círculos uninominais e defendeu a necessidade de se incentivar o uso dos mecanismos de participação democrática.

Segundo Vital Moreira, a intenção da



bancada parlamentar do PS de introduzir os círculos nominais vai "favorecer uma nova escolha de candidatos, menos dependentes das direcções partidárias". Vital Moreira pediu ainda urgência ao PS na realização de um referendo sobre a despenalização do aborto. "O PS comprometeu-se a resolver a questão. Seria estranho que por vontade própria esta não se realizasse. Enquanto não for resolvida, o PS tem um défice de cumprimento de promessas eleitorais", afirmou.

J. C. C. B.

ARROBAS DA SILVA EM ENTREVISTA

ARRANCAR CASCAIS DO MARASMO E DA ESTAGNAÇÃO

“Cascais, se for eleito, terá um presidente mais perto das pessoas”, garante Arrobas da Silva, que promete “mais energia” e “mais acção” para tirar o concelho do “marasmo” e estagnação” em que se encontra mergulhado.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o candidato do PS à presidência do município de Cascais reafirma ter condições para “fazer melhor” do que a actual maioria do PSD na autarquia. Numa palavra defende menos rotundas e mais computadores.

O que o levou a aceitar o desafio de encabeçar a lista do PS à Câmara de Cascais?

A direcção nacional do Partido Socialista em articulação com a Concelhia local lançaram o convite. Vivo em Cascais, gosto de Cascais e acompanhei de perto o trabalho desenvolvido no último mandato pela coligação que governa a autarquia. Cascais não se desenvolveu. Não se lançou uma única obra estruturante. Era exigível mais acção. Mais energia. Instalou-se o marasmo e a estagnação. Sou um homem decidido. Tenho condições para fazer melhor. E aceitei o desafio com essa determinação.

Tem como “slogan” de campanha “Acorda Cascais”. Significa isto que o concelho está parado?

É está, de facto. O “slogan” visa um alerta, um abanão, um apelo a que as pessoas, os nossos munícipes, façam uma retrospectiva sobre o que foram os quatro anos de governo autárquico da coligação PSD/PP. E que reflectam sobre se concordam. Se devem sindicatizar ou se devem censurar. É sobretudo uma

chamada de atenção. O actual presidente foi um repositório de esperança para os munícipes de Cascais há quatro anos atrás. Pessoas que não concordaram com o estilo e as medidas do anterior presidente. Essa esperança transformou-se em desilusão.

No seu programa propõe um novo PDM para o século XXI. Pode especificar?

Claro. No domínio do ordenamento do território muito há a fazer. A actual maioria, no seu programa eleitoral de há quatro anos, prometeu que seria a primeira medida tomar pela Câmara Municipal. Nada se fez. Urge repensar e fazer. Desde logo, criar um parque industrial e centros empresariais. Depois, revitalizar os centros históricos, proceder à requalificação urbana, trabalhar num novo plano de ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais. E sobretudo é preciso contenção urbanística de matriz habitacional. E reconhecer que os Planos de Pormenor são bons instrumentos mas que não devem subverter as regras do PDM.



No conjunto de compromissos que constam do seu programa há um especial enfoque na criação de mais empregos e na fixação dos jovens no concelho. Que medidas estão previstas para cumprir estes compromissos?

Clara aposta na juventude, na educação e na cultura como factores de progresso das comunidades. Atracção de novas empresas ao desejável parque empresarial, valorização da rede escolar, talvez menos rotundas e mais computadores nos quartos dos jovens. Diminuição dos movimentos pendulares, fixando os jovens no concelho. Estudo da criação de pólos universitários.

Qual a sua posição quanto à construção de um novo hospital para o concelho?

É óbvia a sua urgência. Cascais carece de um novo hospital há muito. E prometem-no há 28 anos. Mais que uma necessidade é já hoje um escândalo. Certo que é à Administração Central que compete a sua adjudicação, certo também que à autarquia compete

imprimir acções junto do Governo para a sua desejável edificação. A actual maioria comprometeu-se há quatro anos. Jurou a pés juntos que o hospital iria ser construído. Quem não se lembra disto? E não cumpriu.

Cascais é, como se sabe, uma terra de fortes contrastes sociais. Que políticas pensa levar a cabo para promover “um concelho socialmente mais justo” como consta do seu programa?

Cascais é de facto uma terra de grandes contrastes. É um concelho diversificado e de uma estimulante complexidade. Ser presidente da Câmara de Cascais é, antes do mais, compreender isto. Ser presidente de todos. Muito há ainda a fazer na área social. Nas pessoas, sobretudo nas mais carenciadas. Há situações de miséria que eu próprio já constatei. Devem ser implementadas medidas tendentes à integração das pessoas, à correcção das desigualdades, tudo em nome do lema da proximidade. Cascais, se for eleito, terá um presidente mais perto das pessoas

Outra das prioridades do seu programa é o ambiente. Que medidas pensa concretizar nesta área?

Protecção do ambiente, numa palavra. Novo Plano de Ordenamento do PNSC. Assegurar, no que diz respeito a novas construções, o desenvolvimento de urbanizações respeitadoras do ambiente com sistemas criados de raiz para separação de resíduos, construídos de forma a poupar energia de acordo com o estabelecimento de um Caderno de Notas Ambientais. Cascais respeitador da Agenda 21. Melhorar a qualidade da água, do ar e das praias.

O turismo é desde há décadas uma mais-valia de Cascais. Como pretende agir para apoiar esta indústria essencial para o desenvolvimento do concelho?

Existem estudos que concluem que Cascais carece de cerca de 8000 camas. O Hotel Estoril Sol foi, durante 38 anos, uma âncora do desenvolvimento turístico e hoteleiro da região que atraía cerca de 80.000 turistas por ano. O comércio, em geral, ressentiu-se do seu fecho.

Cascais fica deserto no Outono e no Inverno. Não há animação, nem espaços de lazer. Por isso, importa inverter esta tendência. Apostando num desenvolvimento turístico de qualidade. Cascais deixou de ser a “noite” de Lisboa. E deve voltar a sê-lo. Mais hotéis, programas de animação (compaginados com a problemática do ruído), revisão dos horários do comércio, incentivos ao comércio local, olhando-os como destino de consumidores vindos de outros concelhos. Cascais deve ser mais limpa e arejada. Ter melhores jardins e zonas verdes, ser atractiva e de excelência, como já o foi.

J. C. CASTELO BRANCO

CASCAIS MERECE MAIS

ACORDA CASCAIS

www.cascaismerecemais.org

O GOVERNO DA POLIS

Confesso que não foi fácil encontrar um rumo. Mas de tropeção em tropeção, de fracasso em fracasso, de êxito em êxito, de tarefa em tarefa... pouco a pouco, encontrei um caminho e percebi, às minhas custas, como deve ser o bom governo da coisa pública

Quando há vinte anos atrás fui eleito presidente da Câmara, uma das primeiras perguntas que fiz a mim próprio foi mais ou menos esta: "E agora, como posso governar bem esta casa e este concelho?" Pelo menos de duas coisas me recordo: a primeira é que esta pergunta, aparentemente tão simples, trouxe com ela uma tremenda dor de cabeça, que durou dias e dias. A segunda foi que, embora procurasse em livros e manuais, não encontrei receitas simples para uma boa e consequente gestão da coisa pública que, pelo voto do povo, me havia sido confiada.

Com uma base de formação essencialmente humanística, professor de História e Português do 2º ciclo, de economia, engenharia, ou gestão eu era um quase analfabeto. Mas foi assim, com esta "brilhante" preparação que me lancei (e aguentei!) numa aventura de gestão autárquica que durou dez anos.

Durou dez anos, mas sempre com o espinho dessa primeira pergunta cravado na minha mente: "Como governar bem; quais as características certas e precisas de um bom governo; onde está a receita?". Confesso que não foi fácil encontrar um rumo. Mas de tropeção em tropeção, de fracasso em fracasso, de êxito em êxito, de tarefa em tarefa... pouco a pouco, encontrei um caminho e percebi, às minhas custas, como deve ser o bom governo da coisa pública. Se o pratiquei ou não, é coisa que deixo a outros comentar.

Direi apenas que, apesar de ter aprendido e aprendido muito, ao longo desses dez anos, nunca tive o cuidado de sistematizar essas características. Mas, por sorte, há tempos atrás e no Jornal "Público" em artigo de opinião do arquitecto Manuel Salgado encontrei, de forma simples, sucinta, mas brilhante, a sua explanação:

Diz o famoso arquitecto — que mal fez Manuel Maria Carrilho em não o ter como segundo na sua lista de candidatos à Câmara Municipal de Lisboa!.. — que o governo da cidade deve ser:

- . *Estratega*, antecipando visões e definindo caminhos mobilizadores de vontades;
- . *Transparente* nos processos de decisão;
- . *Regulador* da intervenção dos cidadãos;
- . *Simple*s nos procedimentos e com regras claras e inequívocas;
- . *Coordenador* e cooperante para mobilizar os esforços dos múltiplos serviços públicos, associações da sociedade civil e outras entidades que operem na Cidade;
- . *Contratualizador* e criador de oportunidades de investimento para os actores privados;
- . *Económico*, o que significa gastar menos e investir melhor;
- . *Prestador de Contas*.

Que simples, bonito, completo e exigente Programa de Acção. Assumo-o por inteiro, com vontade, determinação e comprometimento. Porque Vila Real (o) quer e necessita. Vamos a isso.

SEIA

EDUARDO BRITO DESAFIA ADVERSÁRIOS PARA DEBATEREM OS PROBLEMAS DO CONCELHO

"Estou disponível para debater abertamente com as outras candidaturas o futuro do concelho, mas também os últimos 12 anos em que estive à frente da governação do município". Este foi o repto lançado por Eduardo Brito, na sessão de apresentação da sua recandidatura à presidência da Câmara Municipal de Seia, que decorre sob o lema "Manter o rumo. Inovar e melhorar".

Perante mais de 700 pessoas, o candidato socialista, que começou a sua intervenção por deixar uma palavra de apreço aos vereadores que agora cessam, por vontade própria, as suas funções, partilhando com eles "os sucessos alcançados nos últimos anos", salientou que é preciso "aprofundar o trabalho que temos vindo a realizar em prol do desenvolvimento sustentado de Seia". Na sua intervenção, Eduardo Brito recordou os "bloqueamentos" que os governos de direita dos últimos três anos fizeram à Câmara, fez uma breve retrospectiva da obra feita no concelho, desde o saneamento básico à requalificação urbana, passando pelas acessibilidades e ensino, e falou dos projectos estruturantes que pretende levar a cabo no próximo mandato, caso seja reeleito nas autárquicas de 9 de Outubro.

E sublinhou ainda que "os municípios esperam de nós novos projectos e mais obras, bem como determinação para vencer as dificuldades".



ARTUR VAZ
Candidato do PS à Câmara Municipal de Vila Real

OPINIÃO

MATOSINHOS

PS UNIDO EM TORNO DE GUILHERME PINTO

Os socialistas de Matosinhos estão unidos e coesos no apoio à candidatura de Guilherme Pinto à presidência do município local, como demonstra a presença no dia 16 de Narciso Miranda, Manuel Seabra e Nuno Cardoso, no jantar de apresentação da candidatura socialista à autarquia.

Facto que Jorge Coelho realçou numa intervenção, onde considerou que a forma como os socialistas ultrapassaram os seus diferendos no concelho foi "uma grande lição de maturidade política e de civismo". E contrapôs esta imagem à de "outros pontos do país onde se vêem candidaturas de pessoas zangadas com os seus partidos", numa alusão a Isaltino Morais e Valentim Loureiro, afastados do PSD por terem avançado como candidatos independentes. Já Guilherme Pinto explicou as principais linhas programáticas da sua candidatura.



"O meu compromisso é fazer das pessoas a agenda de Matosinhos", disse, prometendo "total entrega, empenhamento e paixão". Por sua vez, o líder da Federação do Porto, Francisco Assis, manifestou a sua

"admiração" pela forma como os socialistas locais souberam ultrapassar as divisões e salientou a importância de Matosinhos "na geografia sentimental do PS".

Na sua intervenção, Narciso Miranda, que recebeu rasgados elogios pela obra notável que deixa em Matosinhos, recordou que há quatro anos, no mesmo local, o Palácio de Desportos e Congressos de Matosinhos, tinha afirmado que não se candidataria novamente, algo em que "muitos então não acreditaram".

E afirmou-se convicto que o PS irá ganhar a câmara, assembleia municipal e todas as dez juntas de freguesia.

Já Manuel Seabra sublinhou que "o partido viveu situações de sobressalto mas no momento certo está unido", defendendo a necessidade de "dar ao exterior a ideia de unidade".

CALDAS DA RAINHA

GALAMBA MOBILIZA PARA UMA NOVA MAIORIA

"Estamos preparados. Temos um compromisso e uma equipa apostada em dar às Caldas uma nova ambição. Precisamos para tal que nos dêem uma oportunidade", afirmou o candidato do PS à presidência da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, António Galamba, salientando que "é preciso mobilizar os descrentes, os desiludidos e os que sistematicamente têm contribuído para a vitória do PSD com a abstenção". Falando na sessão de apresentação da sua candidatura ao município, António Galamba referiu que a 9 de Outubro "está em causa a opção dos caldenses entre a continuidade e a mudança, entre o passado e o futuro, entre perdemos mais oportunidades ou mobilizarmo-nos para os desafios da afirmação do Oeste, do



novos aeroporto e do próximo Quadro Comunitário de Apoio". Referindo que "a mudança pressente-se", nomeadamente no "insulto

gratuito", no "nervosismo da actual maioria camarária" e "transpira no pulsar de uma sociedade que dá sinais de querer uma mudança", o candidato e deputado socialista salientou que a nova maioria do PS vai centrar a gestão municipal em torno de cinco eixos prioritários.

E que são, adiantou, a criação de emprego, o lançamento de novas políticas sociais, uma nova atenção ao ambiente, à qualidade de vida, à requalificação urbana, ao meio rural e aos estilos de vida saudáveis, uma estratégia integrada de descentralização de competências e meios para as freguesias, e colocar o cidadão no centro da organização e do funcionamento dos serviços municipais.

COIMBRA

VÍTOR BAPTISTA DENUNCIA PREOCUPANTE ENDIVIDAMENTO DA CÂMARA

O candidato do PS à Câmara de Coimbra, Vítor Baptista, desafiou o presidente do Executivo local, Carlos Encarnação, a divulgar o montante das dívidas da autarquia, que rondará os 77 milhões de euros.

Vítor Baptista ameaçou avançar ele próprio com a apresentação pública do mapa de endividamento de médio e longo prazo, estimado em 37 milhões de euros, se o presidente da Câmara, Carlos Encarnação, do PSD, não o fizer.

O deputado e presidente da Federação de Coimbra do PS falava na apresentação dos candidatos locais do partido à Câmara e Assembleia Municipal.

O total das dívidas da autarquia ronda os 77 milhões de euros, sendo 37 milhões relativos a endividamento de médio e longo



prazo, segundo o candidato socialista. Na sua opinião, também os órgãos de comunicação social, em cumprimento do seu "importante papel na democracia",

deveriam exigir a Carlos Encarnação a divulgação dos mapas das contas municipais.

Por outro lado, Vítor Baptista reiterou o seu compromisso eleitoral de criar 5000 postos de trabalho, se for eleito presidente da câmara, disponibilizando para o efeito 20 milhões de euros.

Lamentou, igualmente, que 11 empresas tenham falido no concelho nos últimos quatro anos, desde que Encarnação tomou posse como líder do Executivo camarário. Já Reis Marques, candidato à presidência da Assembleia Municipal, defendeu uma alteração das prioridades da governação autárquica, a qual deve, na sua opinião, privilegiar áreas como a educação, a saúde, o desenvolvimento local e a terceira idade.

PRONTOS PARA A CAMPANHA AUTÁRQUICA

Ter mais votos do que o PSD, ganhar mais câmaras do que em 2001, conquistar municípios capitais de distrito e reeditar as vitórias em Lisboa e no Porto são, segundo o coordenador autárquico nacional, Jorge Coelho, as metas cumulativas traçadas pelo PS para as autárquicas.

Numa reunião informal que manteve, no passado dia 13, com jornalistas de diversos órgãos de Comunicação Social, Coelho garantiu, convicto, que “o nosso partido ganhará nos concelhos em que fez um bom trabalho autárquico ou em que apresenta boas equipas de candidatos”, recusando veementemente o cenário de se fazer uma leitura nacional sobre a actuação do Governo, qualquer que seja o resultado obtido nas próximas eleições de Outubro.

“Os portugueses sabem perfeitamente distinguir legislativas de autárquicas ou de eleições para a Presidência da República”, disse o coordenador autárquico.

Durante o encontro que se realizou no salão nobre da sede socialista, Jorge Coelho salientou igualmente que “o PS vai ter cerca de 60 mil candidatos efectivos e suplentes envolvidos nas próximas eleições

autárquicas”, tendo “triplicado o número de mulheres em lugares elegíveis para câmaras municipais”.

“Em termos de paridade, estamos já anos de luz muito à frente de qualquer outra força política”, vincou, acrescentando depois que as listas de candidatos do PS “apresentam uma grande renovação” face às apresentadas há quatro anos.

Nesta reunião com os profissionais da informação, Coelho fez ainda um apelo à isenção e equilíbrio da cobertura mediática da campanha e anunciando que no próximo sábado dia, 24, José Sócrates estará presente num jantar-comício na Guarda. Na apresentação que fez das linhas gerais das acções que serão organizadas no terreno pelo PS, o coordenador autárquico explicou que o partido levará a efeito, todos os dias, uma “acção oficial” na qual participará sempre um dirigente socialista.

Questionado sobre a participação do secretário-geral do partido nas actividades de campanha, Jorge Coelho explicou que esta será limitada a cinco ou seis acções, dados os constrangimentos temporais que as funções governativas implicam.



Assim — disse — “José Sócrates assinalará o arranque oficial da campanha, no dia 27, com um comício num concelho do interior alentejano”.

Segundo Coelho, a representação da direcção do PS no terreno será assegurada essencialmente por si próprio, num périplo que o levará à Nazaré no dia 22, a Porto de Mós no dia 23, a Valongo no dia 24, a Alcochete no dia 25, a Portalegre no dia 30, a Sines e Faro no dia 1 de Setembro, a Beja no dia 2, a Vila Real no dia 4, a Mangualde e Vale de Cambra no dia 5 e a Sintra no dia 7.

O dirigente do PS anunciou ainda “uma grande realização em Lisboa” para o dia 28 de Setembro.

MARY RODRIGUES

OPINIÃO

O CARÁCTER TELEOLÓGICO DAS FINANÇAS LOCAIS

Uma lei socialista de finanças locais não deve deixar de assumir um carácter teleológico. Ela deve estar subordinada a uma causa final — combater as diferenças e orientar o desenvolvimento num sentido equilibrado entre as várias partes do território de Portugal



LUÍS PITA AMEIXA
ameixa@ps.parlamento.pt

As finanças locais, emparelhadas com um avançado regime de atribuições e competências dos municípios e das freguesias, permitiram a realização da grande obra que o poder local fez em Portugal, sob o regime democrático constitucional saído do 25 de Abril de 1974 e, por extensão, do seu prestígio e importância política.

Porém, assistimos, hoje, a fortíssimos ataques contra o poder local que são estimulados, em grande medida, pela postura irregular de alguns autarcas — poucos mas muito visíveis!

Dessa sanha sobra-nos a convicção de que, actualmente, não seria nada fácil legislar um tão

aprofundado quadro de finanças locais e de atribuições e competências como aquele que está constituído.

E, até, pode haver o perigo de se querer pôr em causa o actual nível de intervenção administrativa e, conseqüentemente, de força política do poder local.

O Partido Socialista constitui, para as populações, um esteio de garantia de defesa do poder local democrático em Portugal e de que, nesta matéria, não andaremos para trás.

O que acima fica dito não implica que, em muitos aspectos, não se devam fazer mudanças. O que é decisivo são os fundamentos, o sentido e o alcance das mesmas.

É o caso das finanças locais, cuja legislação deve sofrer alterações, obedecendo a vários requisitos, de que se apontam alguns.

1 — Desde logo o respeito pelos princípios da descentralização e da subsidiariedade, com a garantia de que não haverá uma redução do actual nível geral de disponibilidade financeira das autarquias locais.

A devolução de poderes, do Estado para as autarquias locais e a associada transferência de meios correlativos, no devir, pode e deve aumentar e nunca diminuir.

2 — Uma reavaliação da taxaço do património imobiliário rural e urbano, designadamente, tendo em conta a introdução de uma maior dinâmica no mercado, que leve a um eficaz combate à degradação dos prédios.

3 — Uma menor relação directa entre a expansão urbana, a construção e a captação de receita, assegurando, ao mesmo tempo, independência face a este sector e condições de melhor avaliação e decisão no ordenamento do território urbano.

4 — Uma maior responsabilização directa de cada autarquia e dos seus órgãos na decisão da receita, envolvendo a resolução política de lançar ou não lançar, com base em determinado facto ou de determinar o quantitativo e, até, associadamente, a assunção de liquidar e cobrar directamente dos contribuintes.

Hoje esta responsabilidade já vigora para parte das receitas — é o caso das taxas ou das tarifas e preços. Também, igualmente, mas de modo mais delimitado, na derrama que recai no imposto sobre o rendimento das empresas ou nas taxas do imposto sobre o património.

5 — Para além de tudo, é preciso, esclarecidamente, recusar uma visão ultra liberal, aplicada à administração, que por aí também vai circulando, que apregoa o princípio da auto-suficiência financeira das autarquias locais. Não! Pelo contrário, cabe ao Estado intervir, com base em objectivos políticos, assumindo critérios para a melhor repartição e para a equitativa redistribuição dos seus próprios recursos.

Em primeiro lugar é necessário garantir uma justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais.

Essa repartição é que garante a existência e a autonomia das Autarquias Locais como entes base da viabilidade da descentralização.

Depois é preciso garantir, finalisticamente, uma redistribuição, entre as próprias autarquias de igual grau (municípios face a municípios, freguesias entre si...), com o objectivo último de promover o desenvolvimento equilibrado do todo nacional, o que implica uma ajuda do Estado relativamente mais forte para as autarquias mais fracas.

Portanto, uma lei socialista de finanças locais não deve deixar de assumir um carácter teleológico. Ela deve estar subordinada a uma causa final — combater as diferenças e orientar o desenvolvimento num sentido equilibrado entre as várias partes do território de Portugal.

OEIRAS

EMANUEL MARTINS DEFENDE MAIOR MOBILIDADE PARA CIDADÃOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A erradicação de todas as barreiras arquitectónicas nos edifícios em que estejam instalados serviços ou equipamentos municipais, de modo a possibilitar uma maior acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida a todos os serviços públicos, é uma promessa assumida pelo candidato do PS à presidência da Câmara de Oeiras, Emanuel Martins.

O candidato compromete-se ainda a tentar sensibilizar o sector privado a eliminar os obstáculos à mobilidade das pessoas portadoras de deficiência.

A garantia foi deixada pelo candidato socialista durante uma visita à Cooperativa São Pedro de Barcarena, instituição de acolhimento para pessoas com



deficiências motoras do concelho.

Durante a visita Emanuel Martins não esqueceu igualmente outras franjas mais frágeis da sociedade: os idosos e as crianças. Assim, o candidato do PS reiterou a inten-

ção de avançar com a criação de uma Oficina Móvel de Apoio ao Cidadão Sénior com o objectivo de assegurar a prestação de apoio ao domicílio dos munícipes seniores e/ou dependentes, com fracos recursos financeiros, através de um veículo móvel adaptado para fazer face às solicitações, bem como protocolar com as IPSS'S do Concelho no sentido de promover o apoio aos idosos no seu domicílio.

No que diz respeito às crianças, Emanuel Martins reiterou a sua intenção de bonificar, através da redução na derrama, as empresas que criem creches e espaços de pré-escolar para os filhos dos seus funcionários.

SINTRA

SOARES ACUSA SEARA DE USAR DINHEIROS PÚBLICOS PARA PROPAGANDA

A candidatura socialista à Câmara de Sintra apresentou uma queixa à Comissão Nacional de Eleições contra a coligação de direita “Mais Sintra”, liderada pelo Fernando Seara, que acumula a actividade de autarca com a de comentarista desportivo, por utilizar dinheiros públicos para patrocinar a respectiva campanha.

Em causa, segundo a candidatura de João Soares, está o envio a órgãos de Comunicação Social do boletim da Câmara de Sintra, “datado do segundo trimestre deste ano”, uma iniciativa da recandidatura do actual presidente do município que “indicia uma manobra de



pura propaganda política”.

“Se dúvidas houvesse em relação à ilícita utilização deste meio de comunicação autárquico, pela coligação ‘Mais Sintra’, elas dissipar-se-iam ao verificar-se que, em anexo ao boletim, foram enviados aos jornalistas cartões da direcção de comunicação da recandidatura de Fernando Seara”, refere a candidatura de João Soares, em comunicado.

Para os socialistas, a candidatura de Fernando Seara “põe em causa os princípios da imparcialidade e de neutralidade a que estão sujeitas as candidaturas e entidades públicas”.

CONVENÇÃO NACIONAL AUTÁRQUICA

"ESPÍRITO DE VITÓRIA E VONTADE DE VENCER"

"Não vai ficar tudo na mesma", garantiu José Sócrates ao encerrar a Convenção Nacional Autárquica que decorreu no dia 17, em Coimbra. O secretário-geral do PS assumiu em nome dos candidatos a autarcas o compromisso de "modernizar Portugal" em aspectos relativos ao Estado, à sociedade, à economia e ao poder local. Trata-se, segundo explicou, de uma estratégia de médio prazo consubstanciada numa "agenda de mudança" onde se destacam três prioridades essenciais: mais envolvimento camarário nas políticas sociais, um novo urbanismo que promova a qualidade de vida efectiva das populações e uma estratégia municipal de crescimento económico.

Perante os mais de 1500 delegados que se reuniram, sábado passado, no pavilhão da Académica de Coimbra, o líder socialista apelou à mobilização geral dos militantes, assegurando que o nosso partido parte para esta nova contenda eleitoral "com ideias socialistas, com a nossa experiência e com a marca do PS", mas também "com espírito de vitória e vontade de vencer". "Nunca tivemos medo das eleições", afirmou categórico, apoiando-se na convicção de que o Executivo que lidera fez "o que tinha de ser feito para servir o país".

Depois de sublinhar que "as eleições vencem-se com bons candidatos e boas ideias", Sócrates afirmou que "os autarcas socialistas vão bater-se para honrar os seus compromissos de mudança".

Assim, como primeira prioridade da

gestão municipal do PS, as câmaras assumirão um novo papel de parceria com o Governo central na implementação de políticas sociais e de solidariedade.

A este propósito, o primeiro-ministro anunciou que já no dia 1 de Janeiro de 2006 o Governo vai proporcionar aos idosos com rendimentos mensais inferiores a 300 euros uma prestação extraordinária, mas, ressaltou: "As respostas sociais, para serem eficazes, terão de ser diferenciadas em função das necessidades de cada família e de cada local, seja ao nível do idoso, da educação, da saúde, ou do combate à exclusão".

Uma segunda prioridade enunciada pelo secretário-geral consiste no compromisso das autarquias socialistas de desenvolverem um novo urbanismo que responda às exigências de ordenamento



e qualidade de vida, ao ambiente, à defesa dos centros históricos.

"O sucesso económico também depende do nosso urbanismo", vincou, enunciando de seguida como terceira prioridade do poder local a promoção do investimento e do desenvolvimento. Na sua intervenção, o líder do PS criticou ainda aqueles a quem chamou "os campeões do pessimismo" e considerou "inacreditável" que os que previram a retoma há seis meses augurem agora a recessão, frisando que "são enganos de mais" e "os portugueses percebem a diferença".

Reportando-se às candidaturas da oposição, Sócrates apontou para o que descreveu como "um deserto de programas alternativos".

"Alguns aparecem com um único programa: dizer mal do Governo", disse, acrescentando que noutros casos "dá-se voz às reivindicações corporativas que se opõem às reformas do Executivo", ficando de costas voltadas para os portugueses.

Ao contrário – acrescentou – o Executivo socialista "não se atemorizou com as eleições" e avançou com as "mudanças necessárias no momento adequado".

"O país não nos perdoaria se tivéssemos algum cálculo político", concluiu. Ainda durante o seu discurso de encerramento, o líder do PS assegurou que nenhum membro do Governo participará em inaugurações a partir de

27 de Setembro, dia oficial do início da

campanha eleitoral para as autárquicas. "Com isto vamos também dignificar a política e demonstrar com clareza que nenhum autarca do PS precisa do Executivo para ganhar as eleições", afirmou, para depois rematar: "Não vai haver carrossel de inaugurações".

Uma oportunidade para reflectir

Por sua vez, o coordenador autárquico do PS sublinhou a oportunidade que representava a Convenção a que presidiu na cidade de Coimbra.

"Não vamos fazer um comício. Vamos reflectir sobre os problemas complexos que o país tem", disse Jorge Coelho antes de dar início aos trabalhos,

MODERNIZAR PORTUGAL É UM DESÍGNIO



Preparar Portugal para o futuro passa por adoptar uma "agenda de mudança" que permita à modernização do país. Esta a convicção expressa por José Sócrates numa carta dirigida aos delegados da Convenção Nacional Autárquica.

"Portugal precisa de uma agenda de mudança capaz de ao mesmo tempo resolver a crise orçamental, promover o crescimento, o investimento e a confiança e apostar na melhoria das qualificações dos portugueses" defende o líder socialista, para quem "não há modernização sem mudança".

O secretário-geral do PS frisa ainda que se impõe "construir e desenvolver uma estratégia de médio prazo" capaz de dar resposta aos problemas com que o país se confronta.

Na missiva, José Sócrates destaca ainda o papel "insubstituível" que as autarquias locais possuem na concretização da referida agenda. "Sem o empenhamento e o envolvimento do poder local não será possível concretizar a modernização do Estado, da economia, e da sociedade que o país precisa" escreve, para de seguida sublinhar que "Modernizar Portugal é um desígnio que não poderemos concretizar sem o concurso do poder local e dos autarcas".

M.R.

DEZ COMPROMISSOS COM O PODER LOCAL

Os candidatos do PS às eleições autárquicas de 9 de Outubro estão prontos e disponíveis para se baterem pela desconcentração racional da administração central, pela descentralização de competências para os municípios e pela eliminação de burocracias que ferem a transparência e a eficiência da administração pública. Assim, durante a Convenção Nacional Autárquica foram assumidos dez compromissos para dar resposta aos novos desafios da segunda geração de políticas do poder local:

1. Lançamento do Programa Nacional de Modernização e Simplificação da Administração Local
2. Informatização dos serviços municipais
3. Criação do balcão único municipal

4. Aposto na planeamento urbano participado
5. Promoção do transporte público melhorando as acessibilidades
6. Incentivo à competitividade local e regional
7. Criação das autarquias metropolitanas de Lisboa e do Porto
8. Atribuição de novas competências descentralizadas sobretudo em áreas como a educação e a saúde
9. Reforço da intervenção dos municípios e freguesias nos domínios da cultura, do desporto e juventude
10. Participação activa na protecção civil.

M.R.

ADE DE VENCER"



afiançando de seguida que o objectivo da reunião era "dar um contributo para melhorar as condições de vida dos portugueses", através das candidaturas e programas que os candidatos às autarquias vão apresentar.

A abertura da Convenção coube ao presidente do nosso partido, o camarada Almeida Santos, que se manifestou optimista quanto aos resultados do PS nas próximas eleições autárquicas, antevendo algumas surpresas.

"Não estou pessimista. As eleições ganham-se e perdem-se, e vamos ganhar muitas câmaras que esperam que a gente perca", afirmou, lembrando que foi o Partido Socialista "o único a cumprir a Lei das Finanças Locais" quando foi

chamado a governar o país.

Almeida Santos elogiou ainda a coragem do actual Governo em avançar com medidas impopulares em período pré-eleitoral, aludindo depois à sua experiência autárquica, interrompida há mais de duas décadas, para exortar os eleitos locais a apostarem na sociedade do conhecimento e das tecnologias da informação, linha de orientação do Executivo liderado por José Sócrates.

"Os autarcas não podem ficar de fora desse combate. As obras, apesar de importantes, já são bastantes. O que não temos que chegue é a adaptação à civilização do conhecimento e do saber", observou, defendendo que "mais importante do que fazer rotundas

e inaugurar repuxos é pôr nas escolas e nas casas das famílias computadores com acesso à Internet".

O primeiro dos 24 intervenientes da tarde foi Vítor Baptista, candidato do PS à Câmara de Coimbra, que não hesitou em vincar a urgente necessidade de "arejar a Praça 8 de Maio", sede municipal.

"É preciso virar a página do desalento", disse, sublinhando a crucialidade de combater o desemprego, reanimar a vida nas cidades, apostar numa estratégia de turismo nacional e local, dar mais força às freguesias, agilizar os serviços públicos, apoiar o empreendedorismo e implementar novas políticas para os sectores da saúde, da segurança e da educação.

O presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde e presidente do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios (ANMP), Mário Almeida, pediu, por seu turno para não se estimularem os ataques aos autarcas.

"Há alguns que se afastam do ideal geral, mas não se generalizem as excepções. Se há três ou quatro que são corruptos, os outros não o são", concluiu.

A presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e da Junta Metropolitana de Lisboa, Maria de Lurdes Rosinha, defendeu a revisão da lei das finanças locais.

"É uma obrigação do PS para com os autarcas, que deve ser cumprida", exortou. Maria de Lurdes Rosinha considerou

ainda vital um novo modelo territorial e uma reflexão sobre o que se pretende para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Combater a abstenção

Já José Apolinário, candidato socialista à presidência da Câmara de Faro, preconizou o retomar do processo de regionalização do país e alertou para a necessidade de combater fortemente a abstenção no sufrágio de 9 de Outubro. Para Rui Solheiro, vice-presidente da Associação Nacional de Municípios, o primordial é que os socialistas realem a sua matriz na gestão autárquica e deem prioridade a políticas de desenvolvimento

CARRILHO VAI CONTINUAR OBRA DE SAMPAIO E SOARES



Convicto na vitória, o candidato socialista à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, Manuel Maria Carrilho, quer dar continuidade à obra dos dois autarcas do PS que o precederam, Jorge Sampaio e João Soares.

"Queremos retomar e continuar o trabalho", afirmou Carrilho durante a sua intervenção na Convenção Nacional Autárquica. Depois de acusar a gestão laranja de ter votado ao abandono a autarquia da capital portuguesa em apenas quatro anos de mandato, o candidato socialista venceu que com a presidência de Santana Lopes e Carmona Rodrigues "os problemas agravaram-se" na segurança, na reabilitação urbana, no trânsito e com a terceira idade.

"São problemas que Jorge Sampaio e João Soares tinham ajudado a resolver", lembrou, garantindo de seguida que o projecto que a sua candidatura apresenta para Lisboa dará uma "especial atenção aos idosos", que representam um terço da população da capital.

Ao terminar a sua intervenção, Carrilho manifestou a sua satisfação por "verificar", segundo disse, que é a proposta socialista apresentada pela sua candidatura autárquica que tem orientado o debate em torno do futuro da capital portuguesa.

"Só o PS é hoje uma alternativa de mudança em Lisboa", concluiu. **M.R.**

ASSIS CONTRA ATAQUES AOS AUTARCAS



O poder local em Portugal vive hoje "um momento muito difícil", declarou Francisco Assis para quem "poucas vezes os autarcas foram objecto de ataques tão violentos".

"É chegada a hora de abandonar, em absoluto, a imagem caricatural dos autarcas portugueses", apelou o candidato à Câmara de Porto, explicando que "estes homens e mulheres não se limitam a fazer rotundas, ou a licenciar mamarrachos".

Na sua opinião, "muitos dos autarcas são o melhor da democracia portuguesa" e, acrescentou, "o PS conta com muitos desses cidadãos capazes de enfrentar os novos desafios que se perfilam no horizonte dos diversos sectores da vida autárquica".

"Queremos ser reconhecidos como parceiros activos neste processo difícil, mas estimulante, de modernização do país", reivindicou, para depois falar da árdua tarefa que terá de ser feita na região norte, "uma das mais que sofre os efeitos da crise económica actual". "Portugal precisa de um Porto ambicioso, que volte a ser motor de crescimento nacional", defendeu, comprometendo-se a retomar a "gestão de eficiência" que caracterizou a presidência socialista ao longo de 12 anos" e a fomentar um trabalho necessário e conjunto entre as câmaras de Lisboa e da Invicta. **M.R.**

intermunicipal, apostem na sociedade do conhecimento e participem em sectores como a saúde, educação e formação, em parceria com o Governo central e numa verdadeira democracia de proximidade. De igual modo pensa João Soares, candidato à Câmara de Sintra, que assumiu o compromisso de “resgatar o concelho do marasmo” e venceu a capacidade e empenhamento das equipas autárquicas do PS. Das regiões autónomas chegaram também sinais de mobilização e optimismo. Assim, Sérgio Ávila, vice-presidente do Governo Regional dos Açores, disse que os açorianos darão um contributo real para a vitória eleitoral autárquica do PS. O líder dos socialistas da Madeira, Jacinto Serrão, centrou a sua intervenção na ideia

de que a autonomia deve ser um instrumento de reforço da democracia na região e não o contrário, apelando ao PS nacional para que este participe em força na transformação do regime político administrativo madeirense. “Ventos de mudança sopram na Madeira”, assegurou, acusando o desgaste já evidente no seio de um poder local que “não está a cumprir a sua missão” e que apenas serve de “correia de transmissão do Governo regional”, autênticos “chefes de serviço de Alberto João Jardim”. Alguns candidatos à presidência de Assembleias Municipais usaram da palavra para focar pontos essenciais da administração local. Assim, a ex-ministra da Saúde Maria de Belém Roseira, candidata à presidência

da Assembleia Municipal de Lisboa, defendeu uma política de habitação que permita o “reagrupamento familiar com aproveitamento do potencial dos mais velhos”. Maria de Belém adiantou ainda que os filhos que trabalham fora de casa possam ajudar os pais com dependência “acabando com o lar como única solução”. O candidato socialista à presidência da Assembleia do Barreiro, Eduardo Cabrita, alertou para a necessidade de assegurar condições de governabilidade efectiva aos autarcas vencedores das próximas eleições, insurgindo-se contra os “bloqueios” que se geram em torno de interesses políticos que não respeitam ideologias nem beneficiam as populações.

Alguns membros do Executivo socialista estiveram presentes no pavilhão da Académica para assinalar a importância de um trabalho conjunto, desenvolvido em parceria, entre o poder local e o central. Neste sentido, a ministra da Educação considerou que o recente lançamento do programa de inglês nas escolas primárias foi uma oportunidade para “reforçar os laços de confiança entre o governo e as autarquias”. Já o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, destacou que “o combate à pobreza é um designio que deve ter resposta integrada ao nível central e local”, destacando ainda o papel fundamental que os autarcas socialistas deverão desempenhar na luta contra o desemprego e no esforço de crescimento económico e desenvolvimento susten-

tado de Portugal. Na Convenção Nacional Autárquica do PS, em que também intervieram Cândido Moreira (direcção da Associação Nacional de Juntas de Freguesia), João Azevedo (candidato a Mangualde), Carlos Zorrinho (responsável pela redacção do Manifesto Autárquico socialista), Susana Amador (candidata a Odivelas), Fonseca Ferreira, (dirigente do PS), Maria José Azevedo (candidata a Valongo) e Joaquim Mourão (presidente da Câmara de Castelo Branco), o camarada Jorge Coelho leu mensagens de António Vitorino, António Costa e Mesquita Machado, transmitindo a certeza da vitória socialista nas eleições de 9 de Outubro e sublinhando o papel pioneiro do PS em 30 anos de poder local português. **MARY RODRIGUES**



JS DEFENDE DEMOCRACIA MAIS PARTICIPATIVA



O secretário-geral da JS, Pedro Nuno, lançou um repto aos autarcas eleitos pelo Partido Socialista no sentido de trabalharem pelo aprofundamento da democracia participativa, envolvendo os cidadãos na elaboração dos orçamentos e planos municipais.

Ao intervir, no Pavilhão da Académica de Coimbra, o líder da JS considerou que essa é também uma forma de garantir a transparência na gestão autárquica e assegurar uma maior ligação entre as políticas e as necessidades dos cidadãos.

“Este é um desafio que lanço ao PS. Chegou a hora de dar mais um passo no aprofundamento da democracia local, da democracia participativa”, frisou.

Pedro Nuno desafiou ainda os autarcas a apoiarem a habitação para jovens, utilizando devidamente os instrumentos legais.

Na sua opinião, são poucos os autarcas que exigem dos loteadores contrapartidas de áreas para habitação a custos controlados, optando por contrapartidas de outra natureza.

Ao nível do empreendedorismo, advogou a implementação de apoios efectivos especialmente no que diz respeito à informação para jovens que procuram criar o seu próprio emprego ou empresa. **M.R.**

A FAVOR DA CAUSA DA IGUALDADE



“As gestões municipais dos autarcas socialistas são exemplos de liderança a favor da causa da igualdade”. Esta firme convicção foi manifestada, em Coimbra, pela presidente do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas.

Sónia Fertusinhos saudou, visivelmente satisfeita e optimista, o facto do partido ter triplicado a participação feminina nas listas autárquicas, em lugares elegíveis.

“Essa é uma condição que só vai favorecer a qualidade da democracia”, considerou a líder das mulheres socialistas, acrescentando que essa é também uma boa razão para votar no PS a 9 de Outubro. **M.R.**

CARRILHO PROMETE DUPLICAR INVESTIMENTO NAS ESCOLAS DA CAPITAL

A candidatura autárquica de Manuel Maria Carrilho continua a dar inquestionáveis provas de dinamismo, de rigor na avaliação dos problemas da capital e de capacidade de respostas com futuro. Assim, em vésperas do arranque oficial da campanha eleitoral para a presidência da edilidade alfacinha, o candidato do PS tem prosseguido uma estratégia pró-activa de apresentação de propostas e denúncias.

É na área da Educação que nas últimas duas semanas foram anunciadas propostas que visam a qualidade do ensino das nossas crianças.

Se for eleito presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Manuel Maria Carrilho vai duplicar o orçamento aplicado pelo município nas escolas primárias, um objectivo que publicamente descreveu como "uma prioridade da proposta socialista para a capital".

"Num mandato de quatro anos vamos duplicar o investimento nas escolas e vamos tornar escolas primárias de Lisboa exemplares a nível nacional", garantiu Carrilho durante uma visita à escola básica do 1º ciclo n.º 54, em Marvila.

"As escolas e as crianças são prioridade. Naquela ocasião, o candidato socialista lamentou que do "actual orçamento de 803 milhões de euros, apenas 0,8 por cento seja usado na área das escolas".

"Os nossos objectivos são tornar as escolas mais capazes e exemplares, com melhores equipamentos apostar na formação, na saúde e na segurança",

afirmou, acusando de seguida o Executivo municipal de Carmona Rodrigues de demonstrar "desprezo e desinteresse" nestas matérias.

Na mesma linha de raciocínio, Manuel Maria Carrilho acusou o autarca laranja de ter ignorado, nos estabelecimentos de ensino básico da capital, o programa do Executivo de promoção do inglês e das novas tecnologias.

Ainda no que diz respeito à gestão dos recursos financeiros da Câmara, Manuel Maria Carrilho manifestou a sua intenção de cancelar a verba gasta em propaganda à autarquia, canalizando-a para apoios sociais, nomeadamente aos idosos e às crianças.

Neste ponto, Carrilho criticou o Executivo municipal pelos "oito milhões de euros gastos em 2005" em publicidade da Câmara referindo os cartazes sobre o projecto do arquitecto Frank Ghery para o Parque Mayer e respeitante ao plano privado da empresa Bragaparkes para os antigos terrenos da Feira Popular.

"A cidade deixou, nos últimos anos, de ser vista na perspectiva social", acusou o candidato do PS para quem "há uma obsessão com grandes projectos".

Numa visita que fez no passado dia 12 ao edifício reabilitado que acolhe a sede da Assistência Médica Internacional (AMI) e aos terrenos envolventes em estado de abandono, seguindo depois para o centro de apoio desta organização nas Olaias, Carrilho verificou as condições de precariedade



das instalações, classificando o local como "zona sem lei".

Dinamizar a baixa da cidade

Quanto às medidas que tomará para a dinamização do comércio e do povoamento da baixa pombalina, Manuel Maria Carrilho, sublinhou o carácter urgente das mesmas, afirmando que serão postas em prática nos seus primeiros seis meses de mandato.

"Vamos apostar de novo no papel da Agência para a Baixa de Lisboa e na reorganização do povoamento, designadamente através da construção de uma residência universitária", apontou, acrescentando que a sua equipa tomará medidas para o apoio do comércio nesta zona emblemática da capital, mantendo nela os serviços administrativos do Estado.

"Felizmente, o Governo liderado por José Sócrates não pretende retirar ministérios da baixa", declarou, numa crítica aos

projectos do anterior Executivo de direita liderado por Pedro Santana Lopes.

Em matéria de denúncias, Manuel Maria Carrilho responsabilizou a gestão laranja do município pela situação de perigo iminente e deterioração do caniço de Alcântara.

"É de uma total incúria deste Executivo, que sabia do caso desde Janeiro de 2004", criticou o candidato socialista, desafiando Carmona Rodrigues a passar finalmente das palavras à acção. **MARY RODRIGUES**

CARLOS CÉSAR DENUNCIA

GESTÃO AUTÁRQUICA DO PSD É TRAVÃO AO DESENVOLVIMENTO

O Executivo camarário de Vila Franca do Campo é "uma porta fechada ao progresso". A acusação partiu do líder dos socialistas açorianos, Carlos César, para quem uma vitória do PS nas autárquicas de Outubro daria ao município "uma outra forma de estar, assente na capacidade de cooperar e ter iniciativa".

Na apresentação dos candidatos do PS às próximas eleições autárquicas, César não hesitou em descrever a gestão laranja daquele concelho da ilha de São Miguel como "um travão ao desenvolvimento", desafiando os autarcas laranja a acabarem com o "populismo quase patético, com o mau gosto e com a falta de crédito".

Ao sustentar que Vila Franca do Campo "não merecia este pesadelo", o líder do PS/Açores acusou ainda o presidente da câmara local, perante centenas de pessoas que encheram o auditório municipal, no passado dia 11, de se "achar proprietário do concelho" e de se ter limitado a "gerir o partido dos amigos e os amigos do partido" nos últimos quatro anos.

Depois de garantir que o Governo Regional a que preside está disponível para apoiar a



Câmara Municipal na construção de uma escola no concelho de novas estradas e de um porto de pescas, César anunciou também que Vila Franca do Campo vai receber um projecto-piloto que permitirá aos desempregados a criação de empresas beneficiar de apoios financeiros e técnicos. Por sua vez, o candidato socialista à Câmara de Vila Franca do Campo, António Cordeiro, sublinhou as críticas feitas por César à gestão autárquica laranja, centrando-se na situação financeira do município e alertando para a existência de uma "dívida

preocupante".

A Câmara Municipal de "não pode pedir um empréstimo a qualquer banco", criticou o candidato, que se comprometeu a recuperar as casas degradadas e a construir parques infantis e um complexo desportivo no concelho.

No relacionamento com o Governo Regional, Cordeiro afirmou que será um "interlocutor difícil" para o Executivo açoriano na exigência da construção de escolas e de uma via rápida de ligação a Ponta Delgada.

ALANDROAL

JOÃO NABAIS QUER APROFUNDAR TRABALHO REALIZADO



"O Alandroal não pode parar", afirmou João Nabais, que se recandidata pelo PS a um segundo mandato à frente dos destinos desta câmara no Alto Alentejo, sublinhando que o projecto de transformação do concelho iniciado há quatro anos "necessita de consolidação".

João Nabais falava no passado dia 11 no jantar do PS/Alandroal de apresentação dos candidatos socialistas às eleições autárquicas de Outubro, que contou com a presença dos dirigentes nacionais e distritais Carlos Zorrinho, Capoulas Santos, Henrique Troncho e José Alberto Fateixa.

Perante cerca de mil pessoas, João Nabais apelou à continuidade das políticas que, ao longo de quatro anos, foram mudando o concelho.

«As obras e os eventos que estão a mudar este concelho, falam por nós. Sem qualquer resquício de pretenciosismo, podemos afirmar que estão lançadas as bases fundamentais para o futuro», justificou Mas, acrescentou, "o Alandroal não pode parar. Não pode parar porque todos nós temos consciência de que, mesmo com tudo o que foi possível realizar, muita coisa é ainda necessário fazer para transformar este concelho num lugar que seja óptimo para viver".

Por isso, afirmou não ter dúvidas de que todos os alandroenses, mesmo aqueles que não votaram no PS há quatro anos, "têm consciência de que todas as obras realizadas são parte de um projecto que está implantado, tem resultados, mas necessita de consolidação».

PORTO

ASSIS QUER CRIAR UMA REDE MUNICIPAL DE APOIO AOS IDOSOS

Visando “resgatar os idosos” de processos de exclusão e isolamento social a que têm sido votados nos últimos quatro anos, Francisco Assis garantiu que, se for eleito a 9 de Outubro, um dos seus “objectivos prioritários” será o de transformar o Porto numa “Cidade dos Seniores”, dotada de uma rede municipal de apoio aos idosos que integre habitação, saúde e lazer.

Em conferência de Imprensa realizada no passado dia 14 para apresentar os seus compromissos ao nível da acção social, o candidato do PS disse que pretende criar na autarquia uma rede que envolva todos os parceiros da sociedade civil, instituições e associações, e canalize todos os programas de apoio e financiamento nas áreas da saúde, educação e segurança social.

Este projecto, explicou, implica a construção ou reconversão de bairros sociais especiais para idosos, com zonas privadas e zonas comuns, com refeitório, lavandaria e serviço de enfermagem, entre outros.

Francisco Assis garante que durante o mandato de quatro anos serão edificadas ou reconvertidos 400 fogos nestas condições.

“Estou convencido de que a administração central manifestará total abertura para avançar com este modelo de bairro no Porto”, referiu o candidato socialista, reiterando que as autarquias também devem cooperar com o Governo através da “criatividade”.

De resto, adiantou, “há já vários países europeus onde este tipo de infra-estruturas já existe”.

O programa do candidato do PS para a população idosa do concelho integra ainda a criação da “Casa dos Ofícios

Seniores”, com vários ateliês para a valorização das actividades manuais, como carpintaria, encadernação, ourivesaria, música, pintura e cerâmica, entre outras.

Em paralelo, sustentou, a “Cidade dos Seniores” será dotada de um programa cultural e de animação contínua “com iniciativas coerentes e articuladas” e de um programa de “Desporto Sénior”, com actividades adequadas ao segmento específico da população.

Francisco Assis defendeu ainda que a Câmara não deve tardar em arrancar com a “rede social”, para combater a pobreza e a exclusão social numa perspectiva de promoção do desenvolvimento social.

“O Porto é um dos três únicos municípios do país onde ainda não existe uma rede social”, salientou. Perante este triste cenário, o candidato do PS defendeu a necessidade “urgente” da elaboração de um “Plano de Desenvolvimento Social” na autarquia, que oriente de forma “articulada e clara” uma estratégia para as diversas componentes da acção social.

Mais corredores “bus” na cidade

Por outro lado, a criação de mais corredores “bus” na cidade do Porto será uma



prioridade se o PS ganhar nas eleições autárquicas de 9 de Outubro, garantiu Francisco Assis.

Falando no final de um encontro com a administração da Sociedade de Transporte Colectivos do Porto (STCP), o candidato socialista criticou a gestão de Rui Rio à frente da autarquia por ter falhado a promessa eleitoral de criar mais corredores para autocarros, que considerou um factor essencial para a melhoria dos transportes públicos na cidade.

Francisco Assis frisou que a criação de corredores “bus” aumenta a velocidade média dos autocarros, beneficiando, por um lado, os cidadãos, que chegam mais depressa aos seus destinos e, por outro, a empresa, que diminui os seus custos de operação.

O candidato do PS à Câmara do Porto referiu ainda que manifestou à administração da STCP as preocupações dos socialistas face à grande remodelação da rede que está em preparação, de forma a torná-la complementar com o Metro do Porto.

“Temos verificado que há algumas zonas que ficarão pior servidas de autocarros, particularmente alguns bairros sociais como os de Lordelo, Aleixo e Contumil, o que representa uma inversão do papel essencial que o autocarro assume na sua integração na cidade”, afirmou.

Assis explicou que o PS pretende que esses bairros devem ser cada vez mais abertos, pelo que os autocarros devem aumentar e não diminuir a sua frequência de serviço nessas zonas da cidade.

Segundo Assis, a administração da STCP mostrou-se sensível a esta e a todas outras as preocupações que a delegação socialista expressou durante o encontro. Entre elas, o candidato socialista salientou a necessidade de garantir que os utentes de passes sociais, particularmente os idosos, não perderão com a mudança do actual tarifário para o novo, que, além da STCP, integra também o Metro, a CP e empresas rodoviárias privadas. Entretanto, no âmbito das propostas

inovadoras que tem vindo a apresentar em várias áreas, o candidato do PS à presidência da Câmara do Porto, Francisco Assis, prometeu “levar cientistas às escolas primárias da cidade”, de forma a o seu exemplo estimule nos mais novos o interesse pela ciência.

Cientistas nas escolas básicas

A promessa foi feita na apresentação dos “Compromissos para a educação” da candidatura socialista, no dia em que se assinalou o início do novo ano lectivo. Francisco Assis sublinhou que a cidade do Porto tem “óptimas condições” para possibilitar visitas de cientistas às escolas, dada a quantidade e qualidade das faculdades e centros de investigação com sede no concelho.

O candidato do PS afirmou que acredita que os cientistas vão aceitar o seu convite, caso seja eleito presidente da câmara, para visitarem escolas da cidade, acrescentando que irá estender o convite a figuras da cultura do Porto, como forma de despertar também nas crianças o gosto pelas diversas áreas culturais.

O candidato do PS prometeu ainda construir quatro equipamentos escolares ou jardins-de-infância no próximo mandato, um por ano, melhorar a qualidade das escolas existentes, aumentar a rede de bibliotecas escolares e intensificar o recurso às novas tecnologias de informação e comunicação.

O candidato socialista pretende ainda combater as assimetrias sociais, nomeadamente com o reforço do apoio económico à compra de material escolar e com a criação de uma rede de transporte para alunos deficientes.

Nesta área, sublinhou, “a Câmara do Porto está infinitamente mais próxima do que o Ministério da Educação”. **J. C. C. B.**

GAIA

BARBOSA RIBEIRO DENUNCIA GESTÃO DANOSA DE MENEZES

Dez situações paradigmáticas de gestão danosa praticada por Luís Filipe Menezes à frente da Câmara de Gaia foram apresentadas pelo candidato socialista à presidência daquele município, Barbosa Ribeiro, que acusou ainda o autarca laranja de usar a autarquia como “trampolim” para conquistar a liderança do PSD.

Salientando que a situação financeira da Câmara de Gaia está “um verdadeiro caos, com uma dívida que ronda os 226 milhões de euros”, Barbosa Ribeiro apontou, entre outros exemplos de gestão danosa de Menezes, a construção da casa presidencial, que decorre há seis anos, com gastos estimados em dos 1,5 milhões de euros, e a assunção por parte da Câmara de responsabilidades financeiras que deveriam ser imputadas ao El Corte Inglés, na ordem dos 1,3 milhões de euros.

Por outro lado, o candidato do PS afirmou ainda que ser presidente da Câmara para Luís Filipe Menezes é um “fardo, só que precisa da autarquia para ocupar a presidência do PSD”.

E conclui que o autarca laranja está a preparar “um logro”, já que “as pessoas não vão votar em Menezes, mas no número dois da lista, um tal Marco António Costa”.

GONDOMAR

PS ACUSA VALENTIM LOUREIRO DE ALICIAR SENIORES DURANTE PASSEIOS

É o populismo enganoso no seu estado mais puro. Valentim Loureiro faz campanha junto dos idosos durante os passeios promovidos pela Câmara de Gondomar, a que preside, denunciou o candidato socialista à presidência daquela autarquia, Manuel Martins.

“Não são os passeios que estão em causa. É a utilização de um dia de felicidade e de gente fragilizada que incomoda”, afirmou Manuel Martins, acusando o major de estar a “usar dinheiros públicos na pré-campanha”, ao “intervir, de megafone na mão, em passeios turísticos com idosos, aliciando-os a votarem nele, fazendo preleções ameaçadoras”. Face a este tipo de atropelo à lei e às



mais elementares regras democráticas, os socialistas de Gondomar já pediram, por escrito, a intervenção da Comissão

Nacional de Eleições. “Valentim Loureiro dá a entender aos idosos, e falamos de oito mil pessoas, que é ele que paga as viagens. O programa “Gondomar Douro acima”, que está a decorrer, foi aprovado, tal como a acção “Avós de Gondomar a voar”, em reunião da Câmara, com os votos do PS”, referiu Manuel Martins, em conferência de Imprensa que teve também a presença do candidato à Assembleia Municipal, Ricardo Bexiga. Os socialistas denunciaram, também, que no passado dia 8 de Setembro um passeio, com idosos, a Fátima “foi interrompido na Mealhada, sem qualquer explicação, para que Valentim Loureiro, viajando num carro da Câmara, voltasse, de megafone na mão, a apelar ao voto”.

COMUNICAÇÃO SOCIAL TEM NOVO ÓRGÃO REGULADOR

A criação da nova entidade que irá regular a Comunicação Social foi aprovada na generalidade na passada semana no Parlamento.

A Entidade Reguladora da Comunicação (ECR) vai dentro de um mês substituir a Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), órgão instituído há cerca de 15 anos no tempo do Governo liderado pelo então primeiro-ministro Cavaco Silva. Com a aprovação na generalidade deste novo órgão regulador, e nas palavras de Augusto Santos Silva, ministro dos Assuntos Parlamentares e responsável pela pasta da Comunicação Social, ficam criados os alicerces para o reforço e independência deste sector em paralelo, como sublinhou, com um melhor e mais eficaz acompanhamento parlamentar face ao que sucedia até agora no âmbito da AACS.

A nova entidade reguladora terá poderes reforçados, nomeadamente podendo agora intervir na regulação e supervisão de áreas até agora interditas, como a internet ou os telemóveis. Aberta está igualmente a possibilidade desta entidade intervir em campos como a publicidade, nomeadamente no que respeita à fiscalização dos limites e princípios desta actividade.

Recorrendo a uma dotação proveniente do Orçamento de Estado, este novo organismo será financiado sobretudo por uma taxa cobrada às entidades reguladas e ainda arrecadando receitas obtidas

pelas coimas e multas aos órgãos da Comunicação Social, que vão ver o seu valor actualizado.

A equipa dirigentes que passará a ser designada por conselho regulador, é mais reduzida que os actuais 11 membros que fazem parte da AACS, passando apenas a cinco elementos, quatro dos quais eleitos por dois terços no Parlamento, sendo o quinto cooptado pelos seus pares.

Com a aprovação na generalidade desta proposta, que apenas requeria os votos da maioria, o que foi garantido graças à maioria absoluta do PS, mas que contou ainda com os votos favoráveis do PSD e CDS/PP, o diploma vai agora descer à comissão especializada, onde poderá sofrer eventuais alterações.

A aprovação final do diploma terá que ser feita por maioria de dois terços dos deputados, facto que levará certamente a mais alguns acertos em comissão especializada.

Santos Silva desmente Marques Mendes

O titular da pasta da comunicação social, Augusto Santos Silva desmentiu Marques Mendes quando este acusou o Governo de estar a permitir a venda de uma das estações privadas de televisão, a TVI ao grupo de comunicação espanhol Prisa.

Para Santos Silva, trata-se, por um lado,



de uma mentira descarada e por outro de uma preocupante ignorância do presidente do PSD.

Relembrando que o Governo não patrocina a venda de nenhuma estação de televisão, "limitamo-nos, face ao estabelecido na lei, a respeitar os negócios na bolsa", Santos Silva reforça que quem renova as licenças de televisão "é uma entidade reguladora, a Alta Autoridade para a Comunicação Social,

que é independente do Governo", facto que o governante lamenta que Marques Mendes desconheça.

Para o ministro dos Assuntos Parlamentares, o actual líder do PSD tem "uma história pessoal de interferência na televisão" de que todos se lembram bem, sublinhando que o PS, neste como em muitíssimos outros capítulos ligados à governação, é muito diferente do PSD, uma vez que, por exemplo, "o PS respeita

o mercado e a independência da Comunicação Social".

Também o dirigente nacional Jorge Coelho se pronunciou sobre esta questão da Media Capita, proprietária da TVI, afirmando que o PS "repudia totalmente qualquer insinuação nessa matéria", relembrando que "nem o Partido Socialista nem o Governo se imiscuem em negócios do foro privado".

R.S.A.

PROGRAMA NACIONAL DE JUVENTUDE

LUÍSA SALGUEIRO DEFENDE INSTRUMENTO ESTRATÉGICO E TRANSVERSAL DO GOVERNO

A política de juventude voltou à ordem do dia através de uma intervenção da deputada socialista Luísa Salgueiro na Assembleia da República.

Numa semana de reabertura dos trabalhos parlamentares, onde outros temas com maior interesse mediático estavam agendados, coube à deputada do PS lembrar que no passado dia 12 de Agosto, Dia Internacional da Juventude, o Governo apresentou ao país o Programa Nacional da Juventude.

No seu programa, lembra a deputada do PS, o Governo considera que a área a juventude assume nas sociedades modernas um carácter estratégico facto que, ainda na perspectiva do programa apresentado pelo Executivo de José Sócrates, como recorda a representante parlamentar socialista, implica o desenvolvimento de políticas específicas, mas fundamentalmente "uma preocupação de transversalidade nas diversas áreas de governação".

Pela primeira vez, acentua a deputada do PS, a política de juventude nacional assentará num documento único, orientador de toda a intervenção política a desenvolver nesta matéria, "que se enquadra na estratégia europeia definida no Livro Branco para a Juventude". Trata-



se, ainda na opinião de Luísa Salgueiro, de um instrumento que envolve todas as entidades públicas e privadas com interesses na área da juventude, "num esforço aglutinador de vontades e resultados".

Como referiu ainda Luísa Salgueiro, com este programa será possível pela primeira vez em Portugal e à semelhança do que acontece na maioria dos países da União Europeia "concertar a acção pública, rentabilizando-se recursos e disponi-

bilidades", num país, recordou, "onde muito falta ainda fazer ao serviço dos mais jovens".

Do programa fazem parte aspectos tão significativos para os jovens como a sua emancipação, a procura de estilos de vida saudáveis, a criação e investigação, a participação e voluntariado, o emprego e formação profissional, a habitação, a saúde e educação, as políticas de igualdade, associativismo, entre muitas outras.

R.S.A.

PARLAMENTO APROVA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE INCÊNDIOS

A Assembleia da República aprovou por unanimidade a proposta do Governo de criação de uma comissão de acompanhamento das medidas de prevenção, vigilância e combate aos fogos florestais.

Entre as várias medidas propostas pelo Executivo socialista, realce para a eliminação da chamada época de fogos, passando, ao invés, todo o ano a ser considerado objecto de uma observação permanente. Decidido ficou igualmente a aquisição de meios aéreos próprios e a criação de um corpo profissional de bombeiros.

Com a implementação destas medidas, que se integram num pacote mais alargado de outras iniciativas de prevenção e combate aos fogos florestais, o Governo pretende que em 2006 não se repita o cenário trágico ocorrido este ano, em que em mais de 28 mil fogos florestais arderam cerca de 240 mil hectares.

De facto, em 2005, o fenómeno dos fogos nas florestas portuguesas voltou a abater-se sobre o território nacional, ceifando vidas humanas, destruindo habitações e unidades industriais, causando prejuízos materiais a muitas famílias.

As causas de tudo isto estão agora a ser diagnosticadas e analisadas pelo Governo que, em conjunto com entidades privadas ligadas ao sector da prevenção de fogos florestais e à gestão do território, preparam medidas estruturantes tendentes a contrariar este flagelo que tem vindo a causar ao país e às suas populações enormes prejuízos.

Ao Parlamento cabe acompanhar o processo de definição, de execução e de avaliação do impacto das medidas agora aprovadas, através da comissão eventual de acompanhamento, comissão que funcionará por um período de um ano, renovável por iguais períodos.

R.S.A.



SOLIDARIEDADE

RUI CUNHA É O NOVO PROVEDOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

Evitar que os idosos e outras pessoas de mobilidade limitada sejam internadas em lares é uma prioridade assumida pelo novo provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Rui Cunha, empossado no passado dia 15. Na sua intervenção, Rui Cunha comprometeu-se a estender o apoio domiciliário prestado pela instituição a pessoas que apresentem maiores problemas de saúde, mesmo as que se encontrem "acamadas", valendo-se da intervenção de "equiplas prestadoras dos cuidados mais adequados às necessidades individuais".

"As residências temporárias inserem-se no objectivo da manutenção dos idosos nas suas casas, já que as mesmas visam satisfazer as necessidades individuais de apoio mais intenso, quando ocorre uma situação de incapacidade temporária", explicou, acrescentando que "quando a institucionalização for inevitável", será elaborado um projecto de vida "que permita manter a dignidade humana da pessoa em lar".

Rui Cunha adiantou igualmente que a Santa Casa vai "incrementar métodos que permitam agilizar procedimentos



burocráticos na adopção das crianças". Quanto ao papel da instituição no âmbito cultural, o novo provedor anunciou a remodelação e ampliação do Museu de São Roque, uma obra que, segundo informou, será viabilizada com o apoio do Programa Operacional da Cultura.

"Neste momento, o lançamento do

concurso está apenas dependente do licenciamento pela Câmara Municipal de Lisboa, concedido logo que o projecto seja deferido pelo Instituto do Património Arquitectónico", informou. Por sua vez, o ministro do Trabalho e da Segurança Social, Vieira da Silva, que tutela a SCML, afirmou que a instituição

deve assumir uma postura "mais interventiva" e vincou o papel que esta organização secular tem jogado na resolução de problemáticas sociais urbanas, tanto no presente como no passado.

O governante descreveu como "desejável e necessário" que a instituição dê agora "um salto qualitativo", visando o futuro. "É preciso aprofundar o caminho da modernização da SCML, abrindo os horizontes do seu trabalho, aumentando a sua capacidade de intervenção, não só em Lisboa, mas em todo o território nacional", defendeu.

Segundo o ministro do Trabalho, "o primeiro desafio" para a nova equipa dirigente da SCML será, pois, tornar esta instituição "um pólo de alavancagem da intervenção social, não apenas através dos seus próprios serviços e equipamentos, não apenas junto dos seus beneficiários directos, mas junto de mais organizações sociais e de mais públicos".

Na vertente dos jogos sociais, Vieira da Silva advogou a necessidade de se lhes aplicar cada vez mais uma "gestão empresarial na óptica das receitas" que obedeça a "uma lógica de sustentação

da capacidade de financiamento" por essa via.

Quanto às despesas, Vieira da Silva considerou que a SCML "não pode deixar de investir fortemente nos modelos de gestão interna" pautados pela eficácia, pelo rigor e pela transparência. Outro dos pontos abordados pelo ministro na sua intervenção prendeu-se com o trabalho de parceria entre a Santa Casa e o Governo, considerando que "deve haver uma clara sintonia entre as prioridades desta instituição e a estratégia dos poderes públicos" face aos grupos de cidadãos que estão actualmente no centro das estratégias de apoio social: idosos, dependentes, pessoas com deficiências, crianças e excluídos.

A terminar, Vieira da Silva sublinhou o perfil adequado de Rui Cunha para o desempenho das funções de provedor da SCML, destacando a sua "rica experiência na área das políticas sociais" e o seu vasto currículo em matéria de inserção.

"Mas, se tudo isto, por alguma razão não bastasse, temos ainda a garantia da qualidade da nova equipa dirigente com que ele trabalhará na provedoria", concluiu.

M.R.

OLIVEIRA MARTINS INDIGITADO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS

O Governo decidiu nomear Guilherme d'Oliveira Martins para presidente do Tribunal de Contas (TC). Para o líder parlamentar socialista, Alberto Martins, trata-se da indigitação de uma personalidade competente, qualificada e acima de qualquer suspeita.

Sem nada para dizer ao país, sem política alternativa, sem qualquer opinião séria sobre o que quer que seja que possa interessar ao futuro colectivo dos portugueses, a oposição, sobretudo o partido que quer ser alternativa ao Governo, limita-se de quando em vez a atirar para a opinião pública verdadeiras bojudas políticas, *fait-divers* para consumo mediático.

É o caso da pseudo-indignação com que receberam a notícia da nomeação do deputado independente eleito pelas listas do Partido Socialista, Guilherme d'Oliveira Martins, para presidente do Tribunal de Contas.

Trata-se de uma personalidade cima de qualquer suspeita. Tecnicamente competente, Guilherme de Oliveira Martins é reconhecido publicamente como reunindo uma assinalável capacidade para o desempenho do cargo e possuindo, além disso, as necessárias qualificações, independência pessoal e probidade que um lugar com estas



características exige.

O líder parlamentar do PS, Alberto Martins, lembrou, a este propósito, que a democracia portuguesa é adulta, e que por esse facto "terá que se começar a habituar que a origem partidária, - primeiro e único argumento adiantado pelos que manifestaram discordância por esta nomeação -, não é nem pode ser um critério de menorização que possa pôr em causa a isenção das pessoas". Para o líder parlamentar socialista, que considerou a nomeação de Oliveira Martins como uma escolha muito feliz, "não é por diversos presidentes da República ou altos cargos do Tribunal Constitucional terem origem partidária que deixaram por isso de demonstrar a

necessária isenção no seu desempenho das suas obrigações".

Também o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, considerou que Oliveira Martins é a pessoa certa para ocupar o cargo de presidente do Tribunal de Contas. Trata-se de "um homem que dá as maiores garantias de equilíbrio, isenção e competência" para presidir a um dos órgãos cimeiros da democracia portuguesa.

Para Teixeira dos Santos, o agora indigitado presidente do TC reúne uma assinalável experiência no domínio financeiro, "não só por ter sido ministro das Finanças, como também pela sua carreira profissional ligada ao Tesouro".

R.S.A.

O QUE É O TC

Definido como um órgão supremo de fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamento das contas que a lei lhe manda submeter, este tribunal é um instrumento especializado, de natureza financeira, sendo por isso o seu âmbito de actuação profundamente diferente das demais categorias de tribunais quer em matéria de facto, quer em relação às competências de que está investido.

Com efeito, as atribuições legalmente cometidas ao Tribunal de Contas respeitam ao controlo financeiro dos dinheiros públicos, das receitas, das despesas e do património público, tendo em vista, como também se define na Constituição da República, assegurar a conformidade do exercício da actividade de administração daqueles recursos com a ordem jurídica, julgando, quando for o caso, a responsabilidade inerente.

É vasto o campo de fiscalização de actuação do TC. Fiscaliza as entidades que fazem parte do sector público e administrativo do Estado e os respectivos serviços, as regiões autónomas e os seus diversos serviços, as autarquias locais, em conjunto com as associações de si dependentes ou federações e respectivos serviços e ainda as áreas metropolitanas.

Mas vai mais longe o âmbito da sua fiscalização. Também os institutos públicos e instituições de segurança social, as que integram o sector público empresarial, empresas públicas, sociedades de capitais exclusivamente públicos constituídas pelo Estado ou por outras entidades públicas, sociedades comerciais em que se associem capitais públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, desde que a parte pública detenha de forma directa a maioria do capital ou controle de forma directa a respectiva gestão, estendendo a sua actuação fiscalizadora a um conjunto mais vasto e heterogéneo de entidades, como, por exemplo, a empresas gestoras de serviços públicos.

Tem ainda como função analisar pormenorizadamente o Orçamento do Estado, bem como elaborar pareceres e relatórios intercalares sobre a Conta Geral do Estado, enviando as suas conclusões para o Parlamento. Produz ainda pareceres sobre a execução dos orçamentos regionais, estudos que elabora sustentando-se nos pareceres e relatórios produzidos pelas secções regionais do Tribunal de Contas.

MILITARES NÃO DEVEM SER INSTRUMENTO DE ACÇÃO POLÍTICA

O ministro da Defesa está convicto que o bom senso regressará ao seio dos militares que de forma ilegal, como referiu o Tribunal Administrativo de Lisboa, efectuaram uma manifestação e que se preparavam para realizar uma segunda demonstração de força protestando contra os diplomas aprovados em Conselho de Ministros. O Governo também deixou claro que não vai vacilar frente às associações militares.

O ministro da Defesa, Luís Amado, avisou as associações militares, que qualquer manifestação pública que levem a efeito contra leis aprovadas pelo Governo serão consideradas ilegais e como tal os seus autores serão responsabilizados.

Na opinião de Luís Amado, o que se afigura de uma especial gravidade, é que as Forças Armadas "possam ser usadas do ponto de vista instrumental, como arma de acção política".

O descontentamento instalado no seio das Forças Armadas, em relação a dois diplomas aprovados pelo Executivo, regime de assistência na doença e ao estatuto dos militares e passagem à reserva e à reforma, são, na perspectiva do ministro, boas medidas que o actual Governo teve a coragem de levar em frente, e cuja resolução "já se arrastava há vários anos".

Os decretos já aprovados em Conselho de Ministros, aguardam agora promulgação por parte do Presidente da República, Jorge Sampaio, que terá que

decidir (promulgando ou vetando) até ao próximo dia 5 de Outubro.

Para Luís Amado, as Forças Armadas "são demasiado sérias para se deixarem instrumentalizar do ponto de vista da acção política partidária", advertindo o ministro que a Constituição estipula uma separação clara entre a instituição Forças Armadas e a acção política partidária.

A contestação das associações militares às medidas do Executivo, lembrou ainda Luís Amado, "não deve desviar-se das regras do associativismo militar", devendo, por isso, recusar "enveredar pelo associativismo sindical", respeitando o quadro de deveres a que estão vinculados.

Este problema levou, entretanto, Jorge Sampaio a convocar para um almoço em Belém as chefias militares, o primeiro-ministro e o ministro da Defesa. Reconhecendo a preocupação especial do Presidente da República, sobre o tema, Luís Amado lembrou contudo que



existe sobre este assunto, "um entendimento absoluto e uma articulação estreita entre as posições do Governo e as chefias militares".

Para o ministro da Defesa, as associações têm de ter em consideração o quadro de deveres a que estão vinculados e é com base neste cenário, reforça o governante, "que têm de actuar". Recordando que quem fala em nome das Forças Armadas são o Governo e as chefias militares, Luís Amado lembrou que os chefes militares já "enviaram às unidades uma mensagem em que claramente reconhecem que a condição militar não é posta em causa com a aprovação dos diplomas do Governo".

Neste sentido, lembra, é preciso reconhecer que na condição militar há direitos e deveres e, quando são postos em causa os deveres da condição militar, "temos que nos reocupar e agir em conformidade".

Recorde-se que os dois diplomas aprovados em Conselho de Ministros respeitam à unificação dos sistemas de saúde militares e a sua aproximação à ADSE (assistência na doença aos servidores do Estado), e um segundo diploma sobre o aumento do tempo de serviço necessário para a reforma, que passa dos actuais 36 para 40 anos.

Alberto Martins congratula-se com decisão do Tribunal

Por sua vez, o líder parlamentar do Partido Socialista manifestou satisfação com a decisão do Tribunal Administrativo de Lisboa ao ter proibido a manifestação convocada pelas associações militares agendada para o passado dia 13 de Setembro, considerando que esta deliberação significa "o funcionamento do Estado de Direito".

Alberto Martins classificou como

"natural" a decisão do Tribunal Administrativo de Lisboa ao indeferir o recurso interposto pelas associações militares que pretendiam contrariar a proibição imposta pelo Governo. Para o líder do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República, com esta acção por parte do Tribunal, cumpriu-se, mais uma vez, o normal funcionamento do Estado de Direito e o funcionamento das instituições democráticas. Aliás, sublinhou ainda Alberto Martins, "a posição do Tribunal vai ao encontro da ideia do Governo e do PS quanto à ilegalidade dessa manifestação".

O líder parlamentar do PS manifestou-se ainda a favor dos diplomas aprovados pelo Governo, classificando-os como tendo em vista "uma ideia geral de equidade", recordando que as Forças Armadas "são um corpo especial da Administração Pública e como tal devem ser tratadas".

R.S.A.

VENCIMENTOS DOS GESTORES PÚBLICOS MORALIZADOS

O Governo socialista liderado por José Sócrates prometeu e vai cumprir. As remunerações dos gestores públicos vão ser revistas e alteradas, além de um conjunto de outras regalias até agora auferidas pelos gestores de topo das empresas públicas, entidades públicas empresariais, institutos públicos e sociedades de capital maioritariamente públicos.

A esta decisão aprovada em Conselho de Ministros, junta-se ainda à obrigatoriedade de os gestores passarem a divulgar, além das suas remunerações principais e acessórias, os eventuais complementos remuneratórios em dinheiro ou em espécie, bem como os seus regimes de previdência ou planos complementares de reforma.

Esta era uma promessa que há muito fazia parte das sempre vastas listas de compromissos eleitorais apresentadas ao eleitorado por sucessivos governos, e que só agora é cumprida por acção do actual Executivo socialista.

Segundo ficou ainda determinado nesta reunião de Conselho de Ministros,

realizada no passado dia 8 de Setembro, a divulgação destes elementos deverá ser publicada nos relatórios e contas anuais das empresas, acompanhados de uma discrição dos automóveis, dos cartões de crédito e do respectivo limite dos fundos ao seu dispor e ainda das despesas com telemóveis.

No que respeita às reformas, o Governo decidiu que elas só poderão ser recebidas, seguindo a lógica aplicada aos restantes trabalhadores, no final da carreira contributiva, ou seja, quando os beneficiários tiverem atingido os 65 anos de idade. A regra a aplicar aos gestores em relação ao regime de Segurança Social será portanto a mesma que já beneficiavam aquando da sua nomeação para o cargo. De salientar que estas regras, agora aprovadas, terão efeitos retroactivos, ressalvando-se o caso, como também ficou determinado, em que essas remunerações e regalias estejam expressamente discriminadas nos respectivos contratos individuais de trabalho. À-se assim cumprimento ao anúncio do primeiro-ministro José

Sócrates, no passado dia 25 de Maio na Assembleia da República, em que garantiu que o seu Governo iria limitar as regalias dos gestores públicos, pondo cobro, como referiu, "a um conjunto de regimes de excepção praticados na Administração Pública".

O novo diploma relativo ao enquadramento remuneratório, regalias e Segurança Social dos gestores públicos passará assim a consubstanciar-se em quatro linhas principais: estabelecer um paralelo com as práticas seguidas comumente nas empresas privadas, harmonização do regime entre os trabalhadores das diversas empresas, moralizar o montante das remunerações dos dirigentes de topo e tornar transparente o quadro das atribuições.

Prémios de gestão revistos

Com a aprovação deste diploma em Conselho de Ministros, os gestores integrados nas empresas públicas não poderão ganhar ordenados superiores aos praticados no respectivo sector, ou seja,

e como exemplo, os gestores da Caixa Geral de Depósitos passarão a auferir vencimentos iguais aos praticados nas instituições privadas congéneres. O mesmo se aplica em relação aos planos complementares de reforma que seguirão o princípio praticado em relação aos restantes trabalhadores.

Moralizar os chamados prémios de gestão, é outro dos princípios previstos neste diploma, que determina que passem a ser atribuídos segundo um critério mais apertado.

Determinado ficou igualmente que os gestores só terão acesso às pensões de reforma no final da carreira contributiva, mas sempre e só quando os beneficiários atingirem os 65 anos.

Após esta idade e se a opção passar por voltar a trabalhar, a pessoa em causa não poderá, neste caso, auferir mais do que um terço da reforma se preferir ganhar o ordenado. Caso opte pela reforma integral, então apenas receberá um terço do ordenado.

Um ênfase muito especial é dado neste diploma em relação à transparência. A

obrigatoriedade de divulgar publicamente, todos os anos, o conjunto de remunerações e sistemas de reforma nos relatórios e contas das respectivas empresas, é a prova do interesse que o actual Governo demonstra em tornar todo este processo finalmente claro e transparente.

Jorge Miranda preside a grupo de trabalho

O constitucionalista Jorge Miranda foi nomeado pelo ministro das Finanças para presidir a um grupo de trabalho que terá como objectivo estudar alterações ao Estatuto do Gestor Público.

Segundo determinou Teixeira dos Santos, o grupo agora constituído, ficará a ser responsável por apresentar propostas de revisão até 30 de Novembro.

As regras que actualmente regem os dirigentes máximos da Administração Pública datam de 1982, e, segundo o Governo, encontram-se "manifestamente desajustadas face à evolução que tem marcado o sector empresarial do Estado".

R.S.A.

POLÍTICAS DE JUVENTUDE AVANÇAM COM O GOVERNO DO PS

Com menos alarido e mais eficácia, em apenas seis meses, o Governo socialista fez mais e melhor pela juventude portuguesa do que três anos de governos de direita.

O Governo socialista liderado por José Sócrates, seguindo uma prática em tudo contrária à do anterior, está a apostar de forma decidida numa nova geração de políticas dirigidas aos mais novos.

É com o actual Executivo que se estão de facto a levar em frente as verdadeiras reformas políticas viradas para a resolução dos diversos problemas que afectam a juventude.

Foi já iniciada uma efectiva reforma administrativa para o sector, tendo vindo a ser simultaneamente desenvolvidas políticas capazes de responder com objectividade aos novos desafios que se colocam ao futuro dos jovens portugueses.

Satisfeitos com as medidas anunciadas pelo Governo socialista, estão também os deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Braga, Nuno Sá, Miguel Laranjeiro e Manuel Mota que, através de um requerimento apresentado ao actual secretário de Estado da Juventude e do Desporto, manifestaram igualmente interesse em saber quais os custos suportados pelo Estado português com a deslocalização, no tempo do Governo do PSD/PP da Secretaria de Estado da Juventude para a cidade de Braga.

Segundo estes deputados socialistas, as despesas com o que designam de mais uma política falhada do anterior Governo, ascendem, só com a deslocalização desta secretaria de Estado de Lisboa para a cidade minhota, em 170.459,69 euros, sendo que cerca de 72 mil euros foram gastos com mobiliário. De facto, como também referem os eleitos do PS por Braga, foram despendidos milhares de euros do erário público numa operação que em nada beneficiou ou melhorou a vida da juventude portuguesa, "nem tão-pouco se pode dizer que tenha havido mais vantagens para os jovens da região de Braga". Tratou-se, isso sim, como classificam, de uma atitude "panfletária e populista", que se limitou, para além dos gastos referidos, a transferir o gabinete de trabalho do secretário de Estado da Juventude, acompanhado dos seus assessores e motoristas, sem quaisquer resultados práticos, servindo unicamente "para se gastarem milhares de euros às já depauperadas contas do Estado, com custos enormes para os contribuintes". Recorde-se que logo que a medida foi anunciada pela coligação de direita, que na altura assumia as responsabilidades de gestão do país, o PS manifestou de imediato as suas reservas quanto à bondade e oportunidade desta como das outras deslocalizações, questionando o Governo PSD/PP sobre os estudos que antecederam a decisão, bem como sobre qual o seu enquadramento com uma reforma profunda da Administração Pública. O PS foi mais longe e alertou ainda para o vazio de conteúdo funcional da deslocalização e lançou inúmeros alertas igualmente sobre os custos envolvidos com todas estas operações que não opinião dos socialistas não correspondiam a qualquer ganho de eficácia.

No entanto, como se constatou, a coligação de direita entendeu ignorar as sugestões e preocupações manifestadas pelo PS e prosseguiu com estas operações de mero charme político.

Foi com satisfação que os deputados do Partido Socialista eleitos pelo distrito de Braga constatarão que o actual Governo socialista tinha revogado a decisão do seu antecessor, exigindo, contudo, que não se deixe de apurar e de esclarecer todo o processo de deslocalização da Secretaria de Estado da Juventude para a cidade de Braga.

Como prova de que a política de juventude em Portugal está agora a seguir pelo melhor caminho, basta atender no Programa Nacional de Juventude, referem estes deputados socialistas, e no seu enquadramento no Programa do XVII Governo Constitucional e nas Grandes Opções do Plano, atitude que vai de encontro, dizem, "às prioridades nacionais já definidas para o novo Quadro Comunitário de Apoio, que se propõe reforçar em particular as várias medidas sectoriais ao nível da qualificação e da qualidade de vida das populações, incluindo os jovens".

O Programa Nacional de Juventude é um instrumento político de referência que o actual Governo se propõe incrementar nos próximos anos, envolvendo todas as entidades públicas e privadas com interesses na área da juventude. Dele fazem parte, numa perspectiva de desenvolvimento faseado, o diagnóstico da população juvenil portuguesa, a realização de estudos científicos sobre os principais vectores do Programa Nacional de Juventude, a criação de uma comunidade virtual da juventude, a realização de fóruns temáticos nacionais e internacionais a terem lugar nas principais delegações regionais do IPJ e a realização de uma Conferência Nacional no Dia Internacional da Juventude, 12 de Agosto de 2006.

R.S.A.

EDUCAÇÃO

NORMALIDADE E SERENIDADE NO ARRANQUE DO ANO LECTIVO



O período escolar começou este ano num clima de total normalidade e serenidade, cumprindo os prazos estabelecidos e mais um compromisso do Governo socialista. No passado dia 12, mais de 1,6 milhões de alunos e cerca de 183 mil professores regressaram às salas de aula, num processo exemplar.

Com a abertura oficial das 14.400 escolas e jardins-de-infância do país arrancou sem sobressaltos o novo ano lectivo que põe em marcha uma das maiores "máquinas" da vida nacional.

O início tranquilo e atempado desta rotina que envolve a maioria das famílias portuguesas, marcada este ano por muitas novidades (*ver caixa*), foi assinalado pelo primeiro-ministro e pela ministra da Educação com a inauguração de um centro escolar em Paredes de Coura, distrito de Viana do Castelo, num dia dedicado ao

reordenamento da rede escolar.

Ao longo da semana passada, Maria de Lurdes Rodrigues visitou várias escolas portuguesas, onde abordou diversos temas que têm marcado a agenda da Educação. Assim, na quinta-feira dia 15, a ministra anunciou que o ensino do Inglês poderá ser alargado, de futuro, aos quatro anos do primeiro ciclo do ensino básico.

Na deslocação que fez à escola do primeiro ciclo n.º 167 de Lisboa, em Carnide, no âmbito da "Semana da Educação", Maria de Lurdes Rodrigues avançou que prevê estender o ensino da disciplina a todos os anos da antiga primária.

A titular da pasta da Educação anunciou também que dentro de um ano deverá estar pronto um plano para corrigir os casos de escolas com más condições físicas, um dos problemas da rede escolar

do primeiro ciclo.

A ministra admitiu que há ainda "muitas escolas em más condições físicas" e que "não é aceitável que estejam como estão depois de três Quadros Comunitários de Apoio".

Maria de Lurdes Rodrigues, acompanhada pelos dois secretários de Estado, contactou ainda com algumas das 120 crianças do jardim-de-infância do bairro Padre Cruz, um dos bairros problemáticos da cidade de Lisboa, visitando depois a escola do primeiro ciclo com jardim-de-infância Orlando Gonçalves, na Amadora.

A Semana da Educação, subordinada ao tema "Diversificação das ofertas formativas no ensino secundário", terminou sexta-feira, com a deslocação da ministra a estabelecimentos de ensino da Figueira da Foz, Mealhada e Viseu.

M.R.

MUDANÇAS DE E PARA A QUALIDADE

O arranque do ano lectivo 2005/2006 traz consigo algumas mudanças introduzidas pelo Ministério da Educação (ME):

O primeiro ciclo de escolaridade foi eleito pelo primeiro-ministro, José Sócrates, como a principal prioridade no sector, por considerar que esta "tem sido o parente pobre do sistema de ensino nos últimos 30 anos".

As escolas vão passar a funcionar até às 17h30, por um mínimo de oito horas diárias, uma medida que visa proporcionar às crianças mais actividades extracurriculares, estudo acompanhado e desporto.

A introdução do ensino do Inglês no 3º e 4º anos de escolaridade em mais de 90 por cento das escolas primárias de Portugal é uma das principais novidades, assim como a generalização das tecnologias de informação.

Quanto ao 9º ano, é certa a realização dos exames nacionais em Matemática e Língua Portuguesa introduzidos no ano lectivo anterior, cujas notas passam agora a valer 30 por cento do apuramento final.

Por outro lado, os professores vão passar mais tempo nas escolas em actividades como o estudo acompanhado e a discussão de projectos devido à reorganização do horário escolar.

As alterações são feitas sobretudo ao nível da componente não lectiva, dedicada a actividades como a preparação de aulas, correcção de testes, reuniões e outras tarefas que ocupam até 13 das 35 horas semanais.

Além disso, os docentes vão deixar de poder acumular reduções horárias em função do desempenho de cargos pedagógicos, o que contribuirá igualmente para passarem mais horas nas escolas com os alunos.

Ao longo do ano lectivo vão ser ainda introduzidas outras alterações na vida dos professores, actualmente em negociação com os sindicatos, como a avaliação de desempenho para efeitos de progressão na carreira e as novas regras do concurso de colocação de professores.

Para os educadores de infância e docentes do primeiro ciclo, estão também em causa as condições de aposentação, que o Executivo do PS quer fazer convergir com o regime geral da Administração Pública.

Ao nível da formação, sete mil docentes do 3º e 4º anos do primeiro ciclo integrarão, a partir de Outubro próximo, um programa criado para melhorar o ensino da Matemática, a disciplina onde os alunos têm piores resultados.

Para melhorar a instrução da Matemática, o Ministério da Educação quer ainda alterar as condições de recrutamento dos docentes do 2º e 3º ciclos, para que sejam apenas escolhidos licenciados na área.

Quanto aos cerca de 86 mil trabalhadores não docentes que asseguram o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, o ministério prorrogou até ao final de Novembro os contratos administrativos de investimento de 5.500 funcionários que actualmente estão em situação precária, de modo a proceder brevemente à sua vinculação definitiva.

Quanto à duração dos períodos escolares, determinou-se que no pré-escolar e primeiro ciclo, o ano lectivo termine entre 11 e 14 de Julho, enquanto no 2º e 3º ciclos do básico e no secundário as aulas acabam a 9 de Junho para os alunos do 9º e 12º anos, sujeitos a exames nacionais, e a 23 do mesmo mês para os restantes anos de escolaridade.

M.R.

O PAÍS RELATIVO



MIGUEL CABRITA

Apoiar Soares (!) - O Presidente

1. Em 1986, o país viveu as presidenciais mais emotivas e disputadas de que há memória, tanto na primeira como na inédita segunda volta. Simbolicamente, elas ocorreram num segundo momento de transição do pós-25 de Abril: fechavam-se as contas dos primeiros anos do regime e dos seus protagonistas, deixando cumprida a transição para a democracia e o saneamento das contas do país. Entrávamos no caminho da europeização, da normalização dos ciclos eleitorais e do primeiro presidente civil.

Para a minha geração, nascida já depois da Revolução, essas eleições de 1986 são sobretudo uma memória distante – entre debates televisivos, as conversas dos mais velhos e a animação dos recreios das escolas primárias. Sinal bem nítido, e provavelmente irrepitível, de como a sociedade portuguesa, toda ela, viveu intensamente a renhida disputa entre Freitas e Soares. Mas o resultado de então marcou a história da democracia entre nós e muito do que aconteceu nos anos seguintes.

Vinte anos depois, Portugal mudou muito. Mário Soares já era, mas tornou-se ainda mais, incontestavelmente, a figura maior do regime. Em boa parte porque, não o esqueçamos, foi pelo caminho o melhor presidente destes trinta anos de democracia. De longe. E aquele que com mais lucidez, isenção e coragem soube interpretar e exercer os seus poderes constitucionais. De longe, também.

2. Argumenta-se hoje, como arma de arremesso contra Soares, que este seria pouco isento perante Sócrates. É notável – de tão desonesto e revisionista perante a evidência histórica. Ao contrário da sede revanchista que parece animar as hostes do “professor”, e por muito que isto custe ouvir, Soares sempre soube diferenciar os planos e agir à altura das circunstâncias. Logo em 1987, Cavaco lembrou-se-á, Soares travou a tentação de um governo PS-PRD, que muitos se apressaram a propor aquando da moção de censura ao governo minoritário (sem

perceber que legitimariam uma caixa de Pandora que ainda hoje estaríamos a digerir). Soares tinha margem de manobra para decidir de outro modo, visto que tal coligação garantia governabilidade num quadro eleitoral traçado havia apenas dois anos, e dado que o Governo acabara de ser censurado no Parlamento. Com lucidez, porém, não seguiu o caminho mais fácil, contra vozes do seu próprio partido. Dissolveu a AR, convocou eleições e Cavaco ganhou a primeira maioria absoluta.

Mais tarde, a seguir a 1993, não faltou também quem pedisse eleições antecipadas. O PS ganhara as autárquicas. A contestação social subia de tom todos os dias naqueles anos finais de um cavaquismo atolado em escândalos, manietado pelo desnorte, por péssimos ministros e acima de tudo pelo autismo autoritário do “professor”. Soares, o tal das “forças de bloqueio” (de que Cavaco tanto se queixou, quase sempre sem razão), não se deixou impressionar.

Vinte anos depois, Portugal mudou muito. Mário Soares já era, mas tornou-se ainda mais, incontestavelmente, a figura maior do regime. Em boa parte porque, não o esqueçamos, foi pelo caminho o melhor presidente destes trinta anos de democracia.

Fez cumprir, como lhe competia, as regras do jogo, segurando o Governo eleito em 1991, com uma maioria humilhante para os adversários da época, para cumprir quatro anos.

Custa ouvir, mas foi Soares quem soube permitir a Cavaco levar o mandato até ao fim, com a dignidade possível. Num escrupuloso cumprimento das regras da democracia e da maturidade democrática. Precisamente, qualidades que faltaram a Cavaco no convívio com quem, felizmente, foi contrabalançando os manifestos excessos de um primeiro-ministro pouco dado a consensos ou equilíbrios. E demasiado literal na sua interpretação da maioria absoluta, desvalorizando o parlamento e a presidência da república. Que agora, pela segunda vez, tenta ocupar.

Alguém consegue imaginar o que teriam sido os anos das maiorias absolutas de Cavaco sem Soares como presidente? Não é difícil. Basta lembrar a postura do “professor” e o que na altura dizia – e fazia. É este o homem que, dez anos depois, se recandidata a Belém.

PRODUTOS AGRO-ALIMENTARES COM DENOMINAÇÕES: UM NEGÓCIO COM FUTURO



CELSE GUEDES
DE CARVALHO

Senior partner
Marketing Agro-
Alimentar

Para além de muitos outros “deveres” é exigível a um governo que dê um sinal ao país sobre os sectores e clusters que serão fundamentais para o sucesso da economia portuguesa. Desta forma, quer os recursos existentes (públicos e privados) quer os que eventualmente possam ser criados, serão canalizados para essas áreas estratégicas. Do turismo já muito se tem falado e há que ler com atenção os indicadores nacionais e internacionais, por isso vou apenas debruçar-me na Agricultura Portuguesa e particularmente no “cluster” dos produtos tradicionais portugueses certificados (DOP, IGP, ETG).

Se for comunicado aos produtores e aos consumidores que esta é uma aposta de futuro (basta analisar a última reforma PAC, o facto de Portugal ser o 3.º país da Europa na lista de

produtos certificados e o Eurobarómetro Especial sobre “Os Europeus e a PAC), os investimentos neste “cluster” e no seu consumo serão evidentes.

Proponho assim que seja criado um plano de acção para este “cluster” e no qual esteja claramente identificada uma estratégia de comunicação com os dois públicos alvos principais (produtores e consumidores). No caso dos consumidores a estratégia passará “tão simplesmente” por lhes explicar:

- de que produtos estamos a falar;
- o que são produtos certificados (DOP, IGP, ETG);
- quais são as designações desses produtos (p.ex. Citrinos do Algarve IGP);
- como é que os consumidores podem distinguir os símbolos e marcas de certificação;
- o que estes produtos representam para a economia portuguesa e para a sua qualidade de vida dos cidadãos.

Este plano de acção deverá também permitir aos produtores desenvolverem um conjunto de medidas que contribuirão para a valorização deste produtos, segundo uma lógica de diferenciação e posicionamento de mercado pela qualidade.

NOTA FINAL

TORNAR A SER O MAIOR PARTIDO AUTÁRQUICO

Lançados que estão os dados, resta esperar pela sorte que se faz de trabalho, empenho e militância de todos socialistas ao lado dos nossos candidatos nas múltiplas as acções de campanha que estão a ser levadas a cabo em todos os pontos do país.



SILVINO GOMES
DA SILVA

silvino@ps.parlamento.pt

Após a realização da Convenção Nacional Autárquica do passado sábado, o PS finalmente dotou-se de todas as condições políticas para enfrentar sem receios o grande embate eleitoral de 9 de Outubro.

Temos óptimos candidatos e excelentes programas e projectos para cada um dos municípios e juntas de freguesia. Ao nível nacional, apresentámos um coerente quadro de compromissos que se consubstanciam numa agenda de mudança, que irá certamente operar, também ao nível do poder local, uma profunda revolução.

Lançados que estão os dados, resta esperar pela sorte que se faz de trabalho, empenho e militância de todos socialistas ao lado dos nossos candidatos nas múltiplas as acções de campanha que estão a ser levadas a cabo em todos os

pontos do país.

É bom que tenhamos bem presente a história das eleições de 2001 e o que se lhe seguiu, para interiorizarmos a importância do PS voltar a ser o maior partido autárquico português.

O projecto de mudança que levou o nosso camarada José Sócrates a primeiro-ministro tem de ser agora apoiado pelos futuros autarcas, de modo a que Portugal tenha condições para se desenvolver de forma coerente, adoptando novas políticas sociais que sejam paralelas a um novo modelo de desenvolvimento urbano capaz de alavancar o país para o crescimento económico baseado no conhecimento, na inovação e na tecnologia.

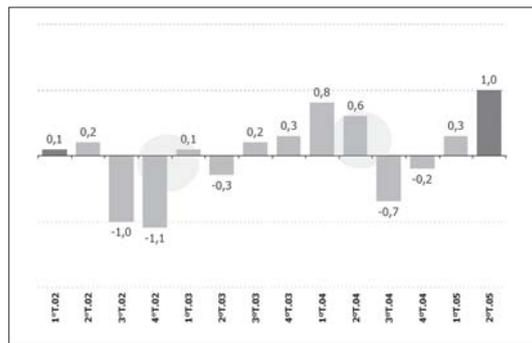
Esta fórmula tem de ser incrementada também ao nível do poder local, se queremos de forma harmoniosa contribuir para a resolução dos nossos problemas estruturais. O PS tem vindo a provar no Governo que tem uma ideia de e para o país.

O PS vai provar nas câmaras que tem uma ideia e para o poder local.

Cabe-nos agora, enquanto militantes, espalhar a mensagem de que só os candidatos do Partido Socialista estão aptos a trabalharem ao lado do Governo nesse desígnio nacional que é o de nos transformarmos numa das nações mais desenvolvidas e progressistas do mundo.

Assim o compreenda o povo português a quem cabe a decisão final da escolha. Por isso, este tempo de campanha é vital para conquistarmos os votos que nos faltam para levarmos por diante os ideais socialistas de modernidade e progresso em cada um dos cantos de Portugal.

PRODUTO INTERNO BRUTO TAXA DE CRESCIMENTO TRIMESTRAL (%)



MARINA DUTRA

No 2º trimestre deste ano o PIB cresceu, em cadeia, 1,0%, o melhor valor alcançado desde o 3º trimestre de 2000. Após duas situações de recessão técnica de governação de direita (recessão técnica = 2 trimestres consecutivos de variação negativa do PIB em cadeia), Portugal apresenta neste último trimestre o 2º valor positivo, saindo, da recessão económica.

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Jorge Seguro Sanches jseguro@ps.parlamento.pt | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.parlamento.pt
REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt | SECRETARIADO
Virginia Damas virginia@ps.pt | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt EDIÇÃO INTERNET José Raimundo;
Francisco Sandoval | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382
20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria
103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal
ou para accao-socialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o



UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS AUTÁRQUICAS

